



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# Diário Oficial

DO ESTADO DO PARÁ

ORDEM E PROGRESSO

ANO LXI — 65.º DA REPÚBLICA — N. 17.307

BELÉM — DOMINGO, 3 DE MAIO DE 1953

## ATOS DO PODER EXECUTIVO

PORTARIA N. 66 — DE 29 DE ABRIL DE 1953

O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições, RESOLVE:

Nomear o senhor Maximino Campos Filho para exercer a função de Presidente do Conselho Escolar, do Município de Acará, ficando dispensada a atual titular Maria Antonieta de Paiva Maciel, e, assim, alterada a Portaria n. 373, de 31 de outubro de 1951, sobre o mesmo assunto, que, entretanto, continua em vigor.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 29 de abril de 1953.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado

PORTARIA N. 67 — DE 30 DE ABRIL DE 1953

O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições, RESOLVE:

Designar o doutor Lopo Alvarez de Castro, Prefeito Municipal de Belém, para ir ao sul do País, tratar de assunto de interesse daquela Comuna.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1953.

Gal. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado

PORTARIA N. 68 — DE 30 DE ABRIL DE 1953

O Governador do Estado do Pará, usando de suas atribuições, RESOLVE:

Designar o doutor Carlos Lucas de Souza, secretário geral da Prefeitura Municipal de Belém, para responder pelo expediente da aludida Prefeitura, durante a ausência do respectivo titular, doutor Lopo Alvarez de Castro, que vai ao sul do País tratar de assunto de interesse daquela Comuna.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1953.

Gal. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado

**SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA**

DECRETO DE 15 DE ABRIL DE 1953

O Governador do Estado:

resolve revogar o Decreto de 21 de outubro de 1947, que nomeou Manoel Lhamas Filho para exercer o cargo de Contador Judicial na Comarca de Bragança, em virtude de o mesmo não ter assumido as respectivas funções, em tempo legal.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 15 de abril de 1953.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza

Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1953

O Governador do Estado:

resolve nomear Marcelino Rabelo de Lima para exercer o cargo, em comissão, de comissário de polícia na vila Maú, Município de Marapanim, vago com a exoneração de Valdomiro Neves Teixeira.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 16 de abril de 1953.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza

Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1953

O Governador do Estado:

resolve nomear Manoel dos Santos Duarte para exercer o cargo, em comissão, que se acha vago, de suplente de comissário de polícia na vila Maú, Município de Marapanim.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 16 de abril de 1953.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza

Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1953

O Governador do Estado:

resolve nomear Luiz dos Santos Costa para exercer o cargo, em comissão, de Escrivão no comissariado de polícia da vila Maú, Município de Marapanim, vago com a exoneração de Deodoro Nunes Monteiro.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 16 de abril de 1953.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza

Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1953

O Governador do Estado:

resolve exonerar, nos termos do art. 93, § 1.º, alínea b), do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, Valdomiro Neves Teixeira do cargo, em comissão, de comissário de polícia na vila Maú, Município de Marapanim.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 16 de abril de 1953.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza

Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 16 DE ABRIL DE 1953

O Governador do Estado:

resolve exonerar, nos termos do art. 93, § 1.º, alínea b), do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, Deodoro Nunes Monteiro do cargo, em comissão,

de Escrivão no comissariado de polícia da vila Maú, Município de Marapanim.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 16 de abril de 1953.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza

Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 17 DE ABRIL DE 1953

O Governador do Estado:

resolve nomear Raimunda Geraldina Miranda de Melo para exercer, interinamente, o cargo, que se acha vago, de Contador Judicial, na Comarca de Bragança.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de abril de 1953.

Gal. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza

Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 17 DE ABRIL DE 1953

O Governador do Estado:

resolve nomear Albertino Ferreira Junior para exercer o cargo, que se acha vago, de Escrivão, classe C, na Delegacia de Polícia de Ponta de Pedras, sede do município do mesmo nome.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 17 de abril de 1953.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza

Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 23 DE ABRIL DE 1953

O Governador do Estado:

resolve exonerar, a pedido, Homero Gomes de Castro do cargo, em comissão, de Delegado de Polícia, classe D, no Município de Itaituba.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 23 de abril de 1953.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza

Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 29 DE ABRIL DE 1953

O Governador do Estado:

resolve revogar o decreto de 26 de março do ano em curso, que exonerou Jocelino Alvarez Rebelo do cargo, em comissão, de comissário de polícia na vila de Souzel, Município de Porto de Moz.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 29 de abril de 1953.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza

Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 29 DE ABRIL DE 1953

O Governador do Estado: resolve exonerar, nos termos do art. 93, § 1.º, alínea b), do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, Ladislau Duarte Souto do cargo, em comissão, de Comissário de polícia na vila de Souzel, Município de Porto de Moz.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 29 de abril de 1953.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza

Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1953

O Governador do Estado: resolve nomear Francisco Marcelino Filho para exercer o cargo, em comissão, de Comissário de polícia no Baixo Acará, Município do mesmo nome, vago com a exoneração de João Tomaz d'Aquino Menezes.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1953.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza

Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1953

O Governador do Estado: resolve nomear João Tomaz D'Aquino Menezes para exercer o cargo, em comissão, de Delegado de Polícia, classe C, no Município de Acará, vago com o falecimento de Epaminondas da Silva Cunha.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1953.

Gal. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza

Secretário de Estado do Interior e Justiça

DECRETO DE 30 DE ABRIL DE 1953

O Governador do Estado: resolve exonerar, nos termos do art. 93, § 1.º, alínea b), do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941, João Tomaz d'Aquino Menezes do cargo, em comissão, de comissário de polícia do Baixo Acará, município do mesmo nome.

Palácio do Governo do Estado do Pará, 30 de abril de 1953.

Gen. Div. ALEXANDRE ZACARIAS DE ASSUNÇÃO

Governador do Estado

Daniel Coelho de Souza

Secretário de Estado do Interior e Justiça

GOVERNO DO ESTADO DO PARA

Governador :

General de Divisão ALEXANDRE ZACARIAS

DE ASSUMPÇÃO

Secretário do Interior e Justiça :

Dr. DANIEL COELHO DE SOUZA

Secretário de Economia e Finanças :

Dr. STÉLIO DE MENDONÇA MAROJA

Secretário de Saúde Pública :

Dr. EDWARD CATETE PINHEIRO

Secretário de Obras, Terras e Viação :

Dr. CLAUDIO LINS DE V. CHAVES

Secretário de Educação e Cultura :

Respondendo pelo expediente

JOSÉ CAVALCANTE FILHO

...

As Reparações Públicas deverão remeter o expediente destinado à publicação nos jornais, diariamente, até às 16 horas, excepto aos sábados, quando deverão fazê-lo até às 14 horas.

—As reclamações pertinentes à matéria retribuída, nos casos de erros ou omissões deverão ser formuladas por escrito, à Diretoria Geral, das 8 às 17,30 horas, e, no máximo, 24 horas, após a saída dos órgãos oficiais.

—Os originais deverão ser dactilografados e autenticados, ressalvadas, por quem de direito, rasuras e emendas. —A matéria paga será recebida das 8 às 17 horas, e, nos sábados, das 8 às 11,30 horas.

—Executadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poderão ser tomadas, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

—As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso.

—Para facilitar aos clientes a verificação do prazo de vali-

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DO PARÁ	
EXPEDIENTE	
Rua do Una, 32 — Telefone, 2262	
Diretor Geral:	
OSSIAN DA SILVEIRA BRITO	
Redator-chefe:	
Pedro da Silva Santos	
Assinaturas	
Belém :	
Anual . . . . .	260,00
Semestral . . . . .	140,00
Número avulso . . . . .	1,00
Número atrasado, por ano . . . . .	1,50
Estados e Municípios :	
Anual . . . . .	300,00
Semestral . . . . .	150,00
Exterior :	
Anual . . . . .	400,00
Publicidade	
1 Página de contabilidade, por 1 vez . . . . .	600,00
Página, por 1 vez . . . . .	600,00
1/2 Página, por 1 vez . . . . .	300,00
Centímetros de colunas: Por vez . . . . .	6,00

dade de suas assinaturas, na parte superior ao endereço vão impressos o número do talão do registro, o mês e o ano em que findará. A fim de evitar colisão de continuação no recebimento dos jornais, devem os assinantes providenciar a respectiva renovação com antecedência, mínima de trinta (30) dias. —As Reparações Públicas cingir-se-ão as assinaturas anuais renovadas até 28 de fevereiro de cada ano e as iniciadas, em qualquer época, pelos órgãos competentes.

—A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos quanto à sua publicação, solicitamos aos senhores clientes dêem preferência a remessa por meio de cheque ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da IMPRENSA OFICIAL.

—Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

—O custo de cada exemplar, atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acrescentado de Cr\$ 1,50 ao ano.

SECRETARIA DE ESTADO DO INTERIOR E JUSTIÇA

GABINETE DO SECRETARIO

Despachos proferidos pelo Sr. Secretário de Estado Em 25/4/53.

Ofícios: —Sn, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de Francolino Gomes da Silva, para guarda civil de 3.ª classe — Ao D. P., para parecer.

—Sn, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de Firmo José Bernardes, para guarda civil de 3.ª classe — Ao D. P., para parecer.

—Sn, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de Francisco de Borgia Calandrine Martins, para guarda civil de 3.ª classe — Ao D. P., para parecer.

—Sn, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de Gabriel de Sousa, para guarda civil de 3.ª classe — Ao D. P., para parecer.

—Sn, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de Genesio Nunes da Silva, para guarda civil de 3.ª classe — Ao D. P., para parecer.

—Sn, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de Hildeberto Corrêa Seixas, para guarda civil de 3.ª classe — Ao D. P., para parecer.

—Sn, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de Homero Marques da Silva, para guarda civil de 3.ª classe — Ao D. P., para parecer.

—Sn, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de Heliodoro Gonçalves Lamarão, para guarda civil de 3.ª classe — Ao D. P., para parecer.

—Sn, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de Inocencio Costa, para guarda civil de 3.ª classe — Ao D. P., para parecer.

—Sn, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de Irineu Freire do Amaral, para guarda civil de 3.ª classe — Ao D. P., para parecer.

—Sn, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de João Inacio Valois, para guarda de 1.ª classe — Torno sem efeito o despacho supra, para mandar que retorne o expediente ao D. E. S. P., a fim de ser informado se o proposto não foi excluído da corporação.

—Sn, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de José Rodrigues Viana, para guarda civil de 3.ª classe — Ao D. P., para parecer.

—Sn, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de João Damasceno Mendes, para guarda civil de 3.ª classe — Ao D. P., para parecer.

—Sn, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de José Borges da Silva, para guarda civil de 3.ª classe — Ao D. P., para parecer.

—Sn, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de José Maria Rocha, para guarda civil de 3.ª classe — Ao D. P., para parecer.

—Sn, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de João Batista dos Santos, para guarda civil de 3.ª classe — Ao D. P., para parecer.

—Sn, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de

João de Menezes Carvalho, para guarda civil de 3.ª classe — Ao D. P., para parecer.

—Sn, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de João Dourado Marques, para guarda civil de 3.ª classe — Ao D. P., para parecer.

—Sn, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de João Batista Madeira Xerfan, para guarda civil de 3.ª classe — Ao D. P., para parecer.

—Sn, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de João Frain das Neves, para guarda civil de 3.ª classe — Ao D. P., para parecer.

—Sn, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de Joaquim Raimundo de Sousa Ferreira, para guarda civil de 3.ª classe — Ao D. P., para parecer.

—Sn, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de Josélio de Menezes Carvalho, para guarda civil de 3.ª classe — Ao D. P., para parecer.

—Sn, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de João Henrique Nunes, para guarda civil de 3.ª classe — Ao D. P., para parecer.

—Sn, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de João Mariano da Silva, para guarda civil de 3.ª classe — Ao D. P., para parecer.

—Sn, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a renovação de contrato de José Severino do Nascimento, para guarda civil de 3.ª classe — Ao D. P., para parecer.

Em 27/4/53 N. 309, da Assembléa Legislativa, anexo cópia da petição de Ester Silva da Silva, viúva do ex-guarda civil Lourival Ludgero da Silva, pedido de auxílio — De acordo. Solicito o parecer da Secretaria de Economia e Finanças.

N. 75, da Biblioteca e Arquivo Público (solicitando inspeção de saúde no cidadão Tertuliano de Moraes Rodrigues, funcionário) — Preliminarmente, diga o Departamento do Pessoal.

N. 260, da Secretaria de Saúde Pública, anexo a petição n. 0206, de Elza Oliveira da Costa, auxiliar de escritório, solicitando contagem de tempo — A Secretaria de Saúde Pública.

N. 159, do Departamento de Assistência aos Municípios (pedindo providências) — A Secretaria de Obras, Terras e Viação, com pedido de providências.

N. 90/SA, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a petição n. 0207, de Raimundo Mário Além, motorista (efetividade) — Opine o Departamento do Pessoal.

N. 91/SA, do Departamento Estadual de Segurança Pública, anexo a petição n. 0208, de Raimundo Conceição de Barros Pena, motorista (efetividade) — Opine o Departamento do Pessoal.

N. 29, do Juízo de Direito da 6.ª Vara da Comarca da Capital — Repartição Criminal (processo informado pelo D. P. e instaurado no D. E. S. P., sobre a aplicação de fianças depositadas na tesouraria daquele Departamento) — Oficie-se à Assembléa Legislativa, solicitando informações.

N. 240, do Departamento Estadual de Segurança Pública (remetendo cópia do ofício n. 36, do Presídio São José, a respeito do pedido de medicamentos) — Restitua-se ao D. E. S. P., com a informação de que esta Secretaria já entrou em entendimento com a de Saúde Pública, sobre o assunto.

Memorandum: N. 475, do Gabinete Governamental, sobre a conclusão das obras do grupo escolar de Cha-

ves) — Diga o Departamento de Assistência aos Municípios, com urgência.

Em 28/4/1953  
**Petições:**  
 0214 — Renato de Paula Brabo, guarda-fiscal, lotado no Posto de Cajuubá, Município de Muaná (efetividade) — A Secretaria de Economia e Finanças.

0219 — Jacinto Nogueira de Araújo, guarda marítimo (contagem de tempo de serviço) — Diga o D. P.

0220 — José Ribamar de Carvalho, sinaleiro (licença-sede) — Ao D. P.

0221 — Luiz Ferreira da Costa, guarda marítimo (contagem de tempo) — Diga o D. P.

0223 — Ottoni Soares de Azevedo, sinaleiro (pedido de equiparação) — Diga o D. P.

**Ofícios:**  
 N. 242, do Departamento Estadual de Segurança Pública (transcrevendo o teor do telegrama do delegado de polícia de Castanhal, sobre a hospitalização de Carolina Pereira de Jesus) — A Secretaria de Saúde Pública.

N. 80, da Polícia Militar, anexo uma certidão do tempo de

serviço do cidadão Pedro Alcântara da Costa, funcionário do Território Federal do Amapá — A Polícia Militar, para restituir com o expediente originário.

N. 89/SA, do Departamento Estadual de Segurança Pública (informação sobre o aproveitamento do cidadão Pedro José Filgueiras no cargo de investigador) — Restitua-se ao D. S. P. para aproveitamento do interessado na primeira vaga.

N. 10, da Câmara Municipal de Belém, comunicando ao Exmo. Sr. General Governador a aprovação de um requerimento de um requerimento de licença de trabalho no bairro de Canudos — Ao D. S. P.

N. 85, da Câmara Municipal de Belém (comunicando ao Exmo. Sr. General Governador a aprovação de um requerimento de um pedido do restabelecimento da linha de ônibus Santa Izabel-Castelo) — Ao D. S. P.

N. 1, da Assembléia Legislativa (comunicando ao Exmo. Sr. General Governador a instalação dos trabalhos legislativos, no corrente ano) — Agradecer e arquivar.

## SECRETARIA DE ESTADO DE ECONOMIA E FINANÇAS

### GABINETE DO SECRETARIO

O Dr. Daniel Coelho de Souza, respondendo pelo expediente da Secretaria de Economia e Finanças, proferiu os seguintes despachos:

Em 2/5/1953  
 Sebastião Kemper, Repartição Criminal, Hélio Ribeiro Santiago, Antônio Barbosa da Silva, Caubi Fernandes de Souza, Lúcia Raimunda Barbosa e Souza, Indústrias Martins Jorge S/A., Adolfo Tunas, Ferreira d'Oliveira & Sobrinho, Alves Vidigal & Cia., duodécimo do mês de março do Colégio Estadual Pais de Carvalho, José Antunes Bogéa, Pigueira & Diniz, Hilda Cardoso Ferreira, Manoel Gregório Afilhado, Manoel Pereira da Silva, Manoel Waldo Monteiro, Manoel Lourenço de Oliveira, Osmarina de Melo Fortuna — Ao D. D., para os devidos fins.  
 Prefeitura Municipal de Iupiranga — Ao D. C., para dizer a respeito do solicitado, tendo em vista as informações do Dep. de Receita.

Caixa Econômica Federal (relação de consignantes), Colégio Estadual Pais de Carvalho (empenho), prestação de contas da Biblioteca e Arquivo Público, Manoel P. da Silva, folha paga de diaristas do Departamento de Material, Recebedoria de Renditas (relação de réditos) — Ao D. C., para os devidos fins.

### DEPARTAMENTO DE DESPESAS

#### TESOURARIA

SALDO do dia 30 de abril de 1953	2.748.593,90
Renda do dia 2 de maio de 1953	590.517,30
<b>SOMA</b>	<b>3.339.111,20</b>
Pagamentos efetuados no dia 2/5/1953	1.287.271,60
SALDO para o dia 4/5/1953	2.051.839,60
<b>DEMONSTRAÇÃO DO SALDO</b>	
Em dinheiro	1.008.334,20
Em documentos	1.043.505,40
<b>TOTAL</b>	<b>2.051.839,60</b>

Belém (Pará), 2 de maio de 1953.

Visto: João Bentes, diretor do Departamento de Despesas  
 A. Nunes — Tesoureiro

### PAGAMENTOS

Pagamento para o dia 4 de maio de 1953

O Departamento de Despesa da SEEF, pagará na data acima, das 8 às 11 horas da manhã, o seguinte:

**Pessoal Fixo e Variável:**  
 Departamento Estadual de Águas, Departamento de Produção, Serviço de Classificação de Produtos, Serviço de Assistência ao Cooperativismo, Serviço de Colonização e Reflorestamento, Pensionistas do Montepio, cartões de ns. 451 a 905 e folha de comissão de 1% aos Funcionários de Vendas e Consignações da Capital.

**Custeios:**  
 Residência Governamental.  
**Diversos:**  
 Brasil Extrativa S. A., Dr. Waldemar Lins de Vasconcelos Chaves, João Lima, Elza Neves, Lauro Cal, Raimundo Rodrigues, Martinho Matos Barbosa e folha de contratos e gratificação do pessoal de residência governamental.

### JUNTA COMERCIAL

Despachos proferidos pelo Dr. Diretor, durante o período do dia 25 a 30 de abril de 1953.

**Autorização para comerciar**  
 1—Giuseppe de Tomaso, pedindo o registro da escritura de autorização para comerciar que outorga a sua esposa D. Antonieta Falesi de Tomaso — Registre-se.  
 Atas  
 2—Companhia Paraense de Artefatos de Borracha, pedindo o arquivamento do exemplar do DIÁRIO OFICIAL do Estado, do dia 5 do corrente, que publicou a ata de sua Assembléia Geral Ordinária, realizada no dia 31 de março, passado — Arquite-se.

3 — Martin, Representações e Comércio, S/A., pedindo o arquivamento do exemplar do DIÁRIO Oficial do Estado, do dia 24 do corrente, que publicou a ata de sua Assembléia Geral Ordinária, realizada no dia 17 deste mês de abril — Arquite-se.

4—Portuense, Ferragens, S/A., pedindo o arquivamento do exemplar do DIÁRIO OFICIAL do Estado, do dia 19 deste mês corrente, que publicou a ata de sua Assembléia Geral Ordinária, realizada no dia 6 do corrente mês — Arquite-se.

5—Banco Comercial do Pará, S/A., pedindo o arquivamento da cópia autêntica da ata de sua Assembléia Geral Ordinária, realizada no dia 30 de março passado — Arquite-se.

6—Sociedade Anônima Bitar Irmãos, pedindo o arquivamento do exemplar do DIÁRIO OFICIAL do Estado, do dia 10 do mês em curso, que publicou a ata de sua Assembléia Geral Ordinária, realizada

no dia 30 do mês de março, passado — Arquite-se.

7—Auto-Volante, S/A., pedindo o arquivamento da cópia autêntica da ata de sua Assembléia Geral Extraordinária, realizada no dia 17 do mês corrente, quando foi aprovada a alteração de seus Estatutos, pelo aumento do capital de Cr\$ 3.000.000,00, para Cr\$ 9.000.000,00 — Arquite-se.

**Relatórios**  
 8—Martin, Representações e Comércio, S/A., pedindo o arquivamento do exemplar do DIÁRIO OFICIAL do Estado, do dia 11 do mês corrente que publicou o Relatório de sua Diretoria; Balanço Geral encerrado em 31 de dezembro de 1952; Demonstração da Conta Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal — Arquite-se.

9—Portuense, Ferragens, S/A., pedindo o arquivamento do exemplar do DIÁRIO OFICIAL do Estado, do dia 1 do corrente que publicou o Relatório de sua Diretoria; Balanço Geral; Demonstração da Conta Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal — Arquite-se.

10—Sociedade Anônima Bitar Irmãos, pedindo o arquivamento do exemplar do DIÁRIO OFICIAL do Estado, do dia 22 de março passado, que publicou o Relatório de sua Diretoria; Balanço Geral referente ao exercício de 1952; Demonstração da Conta Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal — Arquite-se.

11—Pickerell, Representações, S. A., pedindo o arquivamento do exemplar do DIÁRIO OFICIAL do Estado, do dia 28 do corrente, que publicou seu Balanço Geral, em 31 de dezembro de 1952; Relatório de sua Diretoria; Demonstração da Conta Lucros e Perdas e Parecer do Conselho Fiscal — Arquite-se.

**Constituição de Sociedade Anônima**

12—Romariz, Fischer S. A. Indústria, Comércio e Agricultura, pedindo o arquivamento da escritura pública de recomposição da sociedade por quotas, de responsabilidade limitada, sob a razão social de Cláudio Romariz & Cia. Ltda., para a admissão de novos sócios e aumento de capital, e sua transformação em sociedade anônima. Sede: — Belém — Objeto: — indústria de óleos vegetais, compra e venda dos artigos de sua especialidade, beneficiamento de castanha, prensagem de fibras, exportação e produção agrícola — Capital: — Cr\$ 5.000.000,00, sem filial; Diretoria— Diretores: Presidente, Felix Urquiza Fresnadillo, espanhol, casado — Superintendente: Rudolph Guido Willi Moller, alemão, casado; industrial — Eurico Tavares Claudino Romariz, brasileiro, casado. Prazo: — indeterminado.

**Contratos**

13 — Indústria Arrozeira, Ltda., pedindo o arquivamento de seu contrato social — Sede: Belém, à Rua Gaspar Viana n. 374, sem filial; objeto: exploração do beneficiamento de cereais e qualquer outro negócio lícito; capital Cr\$ 2.000.000,00; entre partes: Leontino da Fonseca Martins, Francisco da Fonseca Martins e Manoel Vaz Carneiro, portugueses, Baltazar Alves dos Santos, brasileiro, casados; Máximo Máximo Alves e Dorotéia Sanches Martins, espanholas, viúvas; prazo — indeterminado — Arquite-se.

14 — Nassar & Cia., pedindo o arquivamento de seu contrato social — Sede: Belém, com escritório à Praça D. Pedro II n. 11, e fábrica na Estrada Nova, canto com a Rua da Conceição, sem filial; objeto: — fabricação de sabão e óleos e toda modalidade ou ramo de comércio ou indústria, permitida por lei; capital: Cr\$ 800.000,00; entre partes: — Naeff Leite Nassar, casado; Nazer Leite Nassar, solteiro, brasileiros e José Elias Nassar, sírio, casado; prazo — indeterminado — Arquite-se.

**Alterações**  
 15—J. Tomaz & Cia. pedindo o arquivamento da alteração do seu contrato, pela admissão de novo sócio solidário Mário Pais Bordalo e aumento do capital social de Cr\$ 600.000,00, para

Cr\$ 2.500.000,00, permanecendo a mesma finalidade, sede e prazo, quadro social acrescido do sócio agora admitido, que é Mário Bordalo Pais, português, solteiro — Arquite-se.

16—Exportadora de Juta Parintins, Ltda. pedindo o arquivamento da recomposição de seu contrato social, pela retirada dos sócios S. L. Aguiar & Cia. e M. S. Cardoso & Cia., admissão dos novos sócios quotistas: — Salomão Leão Aguiar, viúvo; Leão Salomão Aguiar, solteiro; Antônio de Figueiredo Cardoso e Edmundo Moura, casados, todos brasileiros; permanecendo a mesma finalidade, sede, prazo, sendo o capital de Cr\$ 1.000.000,00 — Arquite-se.

17 — Calin Jorge & Cia. pedindo o arquivamento da alteração de seu contrato social pela retirada do sócio Nazir Jorge João, empregado de seus haveres e a redução do capital social de Cr\$ 220.000,00, para Cr\$ 200.000,00, permanecendo a mesma finalidade, sede, prazo, entre partes: — Calin Jorge João, solteiro e Jorge João, casado, brasileiro — Arquite-se.

**Dissoluções**  
 18—Silva & Pinto, pedindo o arquivamento da sua dissolução social, pela retirada dos sócios Reinaldo Ferreira da Silva e Honório dos Santos Pinto, embolsado de seus haveres — Arquite-se.

19 — J. Nassar & Filho, pedindo o arquivamento do seu contrato de dissolução, pela retirada dos sócios José Elias Nassar e Naeff Leite Nassar, embolsados de seus haveres, ficando a conta de duplicatas do ativo, a cargo do sócio Naeff Leite Nassar, para oportuno recebimento — Arquite-se.

**Firmas coletivas**  
 20 — Nassar & Cia. e Indústria Arrozeira, Ltda., pedindo, respectivamente, o registro dessas firmas — Registre-se, arquivado o contrato social.

**Firmas individuais**  
 21—Nelson Pedro Nasser, brasileiro, solteiro, pedindo o registro dessa firma de que é responsável. Sede: — Praça Felipe Patroni n. 61, Belém, sem filial. — Objeto: — Serviços de engenharia civil; capital: — Cr\$ 5.000,00 — Registre-se.

22 — Edmundo Sampaio Carepa, brasileiro, casado, pedindo o registro da firma E. Carepa, de que é responsável. Sede: — Belém, à Rua dos Mundurucus n. 604, sem filial; objeto: — Construções civis; capital: Cr\$ 5.000,00 — Registre-se.

23 — Adel Nassib Mossry, libanês, solteiro, pedindo o registro da firma Adel N. Mossry, de que é responsável; sede—Belém, à Avenida Alcindo Cacela n. 1.407, sem filial; objeto: — loja de fazendas; capital—Cr\$ 35.000,00 — Registre-se.

24 — Atualpa de Albuquerque Maranhão, brasileiro, solteiro, pedindo o registro dessa firma, de que é responsável. Sede — Belém, à Vila Fiuza n. 26, sem filial; objeto: — indústria de construção civil; capital—Cr\$ 100.000,00 — Registre-se.

**Carta Patente**

25—Bank Of London & South América, Ltda. pedindo o registro da apostila lançada em sua Carta Patente, expedida pela Superintendência da Moeda e do Crédito, apostila essa datada de 25 de março do corrente ano que autoriza o requerente a operar em câmbio, no mercado de taxa livre, nos termos da Lei n. 1.807, de 7 de janeiro de 1953 e do Regulamento aprovado pelo Decreto n. 32.285, de 19 de fevereiro do corrente ano — Registre-se.

**Averbações**  
 26—J. Tomaz & Cia., pedindo para averbar no seu registro o aumento de seu capital de Cr\$ 600.000,00, para Cr\$ 2.500.000,00 e a admissão do novo sócio solidário Mário Pais Bordalo, com direito a assinar pela firma — Averbe-se, arquivada a alteração do contrato social.

27 — Exportadora de Juta Parintins, Ltda. pedindo para averbar no seu registro a admissão dos novos sócios quotistas: — Salomão Leão Aguiar, Edmundo Mou-

ra, Leão Salomão Aguiar e Antônio de Figueredo Cardoso, todos com direito a assinarem a denominação social: — Averbe-se, arquivada a alteração do contrato social.

28 — Calin Jorge & Cia., pedido para averbar no seu registro a retirada do sócio Nair Jorge João — Averbe-se, arquivada a alteração do contrato social.

29 — Calin Jorge & Cia., pedido para averbar no seu registro a admissão do novo sócio Jorge João — Averbe-se, arquivada a alteração do contrato social.

Cancelamento  
30 — J. Nassar & Filho, pedido de seu cancelamento em virtude da sua dissolução — Cancele-se, arquivado o distrito social.

Prepostos de leiloeiro  
31 — Rosemário Guerreiro de Oliveira, leiloeiro da praça, pedindo a exoneração de seu preposto Nair de Jesus Santiago de Souza — Como requer.

32 — Afonso Lopes Pereira, lei-

leiro da praça, pedindo a nomeação do Sr. Nair de Jesus Santiago de Souza, para seu preposto, em virtude da nomeação do Sr. Carlos de Matos Cardoso, para leiloeiro — Como requer.

Livros  
33 — Durante a última semana pediram legalização de livros:

E. Pinto Alves & Cia., Alcide & Cia. Ltda., A. Mourão & Cia., Ataulpa Albuquerque Maranhão, A. Castro & Cia., Rubertex, Ltda., Hotel Suíço, S.A., A. C. Amorim & Cia., Pires Sanchez & Cia., L. Pamplona, Nahon & Irmãos, Nassar & Cia., Laboratórios Calmon Ltda., Urbano Ferro Costa, Banco Comercial do Pará, S.A., Perfumarias Febo, Ltda. e Altino de Brito Pontes & Cia.

Certidões  
33 — Ainda durante a última semana pediram certidões:

Edgar Batista de Miranda, Oswald Viégas Autran e Ataulpa Albuquerque Maranhão.

## SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

### GABINETE DO SECRETÁRIO

Despachos proferidos pelo Sr. Dr. Secretário de Estado.  
Em 30.4.1953

Processos:

N. 1304, ofício n. 21, da Escola Normal Rural Antônio Lemos — Esta Secretaria é de opinião que seja atendido o pedido da superiora do Orfanato Antônio Lemos, por isso que o fogão daquele estabelecimento não tem mais conserto, consoante já afirmou o técnico das oficinas da E. F. E., em exame realizado. Encaminhe-se este expediente ao Exmo. Sr. General Governador do Estado.

N. 1040, de Felicidade Negrão Guimarães — De acordo com o laudo da junta médica do S. A. M. S., pode ser concedido a petionária um (1) mês de licença, para tratamento de saúde, nos termos do art. 160 do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941. — Encaminhe-se o presente processo ao Exmo. Sr. General Governador do Estado.

N. 1178, de Maria Evangelista A. Cruz — Opino pelo indeferimento do pedido da requerente, em face do laudo da junta médica do S. A. M. S. (doc. junto). Encaminhe-se o presente processo ao Exmo. Sr. General Governador do Estado.

N. 1174, de Hilda Saldanha da Costa — A vista do laudo da junta médica do SAMS, não pode ser deferido o pedido da requerente. Encaminhe-se o presente processo ao Exmo. Sr. General Governador do Estado.

N. 1291, de Laura Fernandes Bentes — Opino pela concessão de um (1) mês de licença à petionária, em prorrogação, para tratamento de saúde, à vista do laudo da junta médica do SAMS, e nos termos do art. 160 do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941. — Encaminhe-se o presente processo ao Exmo. Sr. General Governador do Estado.

N. 1098, de Maria da Conceição Dias — O pedido da requerente pode ser deferido, à vista do atestado médico com firma reconhecida, e nos termos do art. 165 do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941. — Encaminhe-se o presente processo ao Exmo. Sr. General Governador do Estado.

N. 1253, de José Neri de Brito — De acordo com o parecer retro, do D. P. Encaminhe-se o presente processo ao Exmo. Sr. General Governador do Estado.

N. 1091, de Lucimar Ferreira Pereira — De acordo com o parecer do D. P. Encaminhe-se o presente processo ao Gabinete do Sr. General Governador do Estado.

N. 1372, ofício n. 882, da S. S. P. — A Diretoria Técnica.

N. 0859, ofício n. 153, do

D. P. — A Seção do fichário, para esclarecer o que solicita o Dr. Consultor Jurídico do D. P.

N. 1375, de Venâncio Pantoja Lopes — A seção do fichário, para juntar a cópia da ficha de assentamentos da requerente.

N. 1107, de Elvia Machado da Costa — A seção de estatística, para informar o número de alunos matriculados na escola do Km. 32 da Estrada de Rodagem do Município da Vigia e número de professores.

N. 1373, ofício n. 964, desta SEC — Não é exata a informação dada pela funcionária da S. E. E. F. que, certamente, se baseou no número de professores do ano findo, e que receberam a gratificação do período de férias, até fevereiro último, muitos dos quais não tiveram renovadas as portarias de designações, para lecionarem, no corrente ano. Assim sendo, o pagamento do professor Raimundo Zoroastro de Almeida deve ser efetuado, como é de direito. Devolva-se o presente processo ao D. P.

N. 1359, A. A. dos moradores de Costa de Santana — Mocajuba — Ao inspetor escolar da Zona professor Serrão de Castro Filho, para verificar e informar.

N. 1361, de Maria Hermenegilda Jardim — Já foram determinadas as providências solicitadas.

N. 1365, de José Anaissi — Informe o Presidente do Conselho Escolar de Anhangá, sobre as instalações da escola dactilográfica.

N. 1367, de Benedita R. Andrade — A 2.ª Seção e ao fichário, para as devidas anotações.

N. 1368, de Virgínia Beckman Amaral — A Seção do fichário, para juntar a cópia da ficha de assentamentos da requerente.

N. 1369 — Ofício n. 7, do G. E. D. Pedro II — Peça-se o orçamento do marceneiro Manoel Quirino da Silva, para os consertos dos móveis escolares.

N. 1370 — Ofício n. 27, do Conselho Escolar de Ourém — A seção do fichário, para juntar a cópia da ficha de assentamento da professora Januária Fernandes dos Santos.

N. 1371, de Terezinha de Jesus Almeida — A seção do fichário, para juntar a cópia da ficha de assentamento da requerente.

N. 0922, do G. E. de Castanhal — Não é possível atender o pedido da diretora do G. E. de Castanhal de acordo com a determinação do Exmo. Sr. General Governador do Estado. Comuniquese.

N. 1082, de Percila Milhomens — Dê-se ciência, à interessada, do parecer do D. P.

## MINISTÉRIO DO TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

### Comissão de Abastecimento e Preços do Estado do Pará

Resumo da ata da décima reunião Extraordinária, realizada em 1.º de abril de 1953.

Ao primeiro dia do mês de abril do ano de 1953, a Comissão de Abastecimento e Preços do Pará, sob a presidência do Dr. Antônio Roberto, efetuou a sua décima sessão extraordinária, especialmente convocada para deliberar sobre o pedido de revisão do processo referente ao tabelamento do pirarucú. Foi lido o expediente que constou do seguinte: telegrama do Sr. Presidente da COFAP, convidando o Sr. Presidente da COFAP para a reunião dos responsáveis pelos órgãos controladores de abastecimento e preços do Brasil, a se realizar no dia 6 no Rio de Janeiro; ofício da COAP, do Rio Grande do Sul, remetendo cópia da Portaria n. 50 que regulou a exportação da banha daquela fonte de produção; ofício da Prefeitura de São Paulo, informando de como se processou a encampação dos serviços de transporte coletivo, ali; ofício da União dos Estudantes dos Cursos Secundários do Pará, solicitando providências contra os livreiros que estão cobrando pelos livros didáticos preços superiores aos da capa; ofício da Secretaria de Economia e Finanças, remetendo a cópia da petição dirigida ao Sr. Governador do Estado pelo Sr. Walter Pinto e transcrição do despacho proferido pelo Chefe do Executivo. Ordem do Dia. Ficou deliberado: enviar o ofício dos Estudantes à Seção de Fiscalização para as providências pedidas; ouvir o Departamento Legal quanto ao despacho do Sr. Governador do Estado na petição de Walter Pinto; conceder licenças para exportação de gado às seguintes firmas: José Ferreira Teixeira, 60 rezes; Otávio Ribeiro de Andrade, 90 rezes e Darcy Oliveira, até 300 rezes, parceladamente. O Sr. Pedro Santos fez um apelo ao Sr. Presidente, no sentido de não conceder tais licenças. O Sr. Raimundo Bouchosa apresentou seu voto no processo referente ao tabelamento do pirarucú, concluindo por aconselhar que a Portaria baixada pela COAP, regulando o comércio desse gênero, fosse mantida, apenas para as paridades futuras e que para a quantidade existente em Belém, fosse fixado um preço com base nos novos documentos apresentados. O Sr. Edmundo Marinho apresentou um substitutivo, no sentido de que, para a quantidade de pirarucú existente em Belém, fossem fixados os preços tetos de 20 e 30 cruzeiros por quilo, respectivamente, nos leilões e no varejo, o que, em votação, não obteve "quorum" para aprovação ou rejeição.

Em seguida, o Sr. Presidente encerrou a sessão.

E eu, Frederico de Souza, Secretário, dou como fiel a presente sumula.

Belém, 29 de abril de 1953. — (a) Frederico de Souza, Secretário.

Resumo da Ata da décima primeira reunião Ordinária, realizada em 26 de março de 1953.

Aos vinte e seis dias do mês de março do ano de 1953, a Comissão de Abastecimento e Preços do Pará, presidida pelo Dr. Antônio Roberto, efetuou a sua décima primeira reunião Ordinária. Foi aprovada a ata do dia 19 do corrente. O expediente constou do seguinte: petição de Wilson Lima, sobre a fixação da quota de abate de seis rezes para sua marchaneria; exposição de Martins Representação S/A, sugerindo que esta COAP solicitasse à COFAP uma quota para este Estado da partida de azeite de

oliveira, de procedência francesa, que receberá dentro em breve; ofício do Prefeito da Vigia, acusando o recebimento da Portaria n. 54 e solicitando fixação de quotas; memorial de Martins Pinheiro & Cia., acerca do comércio de pirarucú. Ordem do Dia. O Plenário deliberou entregar a subcomissão respectiva a pedido de Wilson Lima e o ofício do Prefeito da Vigia, bem como telegrafar à COFAP, pedindo uma quota da partida de 2.250 caixas de azeite de oliveira que receberá em breve. O pedido de majoração do preço do camarão fresco, da Colônia Z — 23, foi entregue à subcomissão composta dos Srs. Maia Bezerra, Expedito Fernandes e Edmundo Marinho. O processo do tabelamento do feijão voltou à subcomissão que se obrigou a apresentar seu parecer dentro de 24 horas. Foi aprovado o pedido da Federação Paraense de Desportos sobre preços de entradas para a temporada do Internacional, de Porto Alegre. O requerimento da Empresa João Tocantins Pena foi entregue à subcomissão competente. O Sr. Pedro Santos apresentou o seu parecer sobre o auto de infração contra a Usina Central S. Paulo Ltda., sugerindo o encaminhamento do processo à Justiça e a multa de cinco mil cruzeiros. O Sr. Presidente passou à subcomissão competente o requerimento da Cooperativa da Indústria Pecuária, acerca de permissão para vender nos mercados do Estado os excedentes de carne verde no Matadouro do Maguari. O Sr. Pedro Santos solicitou urgência para discussão do memorial de Martins Pinheiro & Cia. sobre a situação do pirarucú. O Sr. Presidente mandou fazer a leitura do memorial e o Sr. Pedro Santos propôs que a COAP adquirisse 20 toneladas de pirarucú que se encontrava nas casas de leilão, do preço de dez cruzeiros por quilo para venda aos varejistas e ao público. O Sr. Edmundo Marinho apresentou a proposta no sentido de ser estabelecido o preço médio, obtido nos leilões dos últimos seis meses e esta média seria o preço tabelado. Após vários debates, o Sr. Edmundo Marinho reformou o substitutivo, no sentido de o assunto ser estudado por uma subcomissão que apresentará parecer, na reunião a ser convocada o dia imediato, o que teve aprovação. Para esta subcomissão foram designados os Srs. Edmundo Marinho, Maia Bezerra e Pedro Santos. O Sr. Presidente convocou uma reunião para o dia seguinte e, em seguida, encerrou os trabalhos.

E eu, Frederico de Souza, Secretário dou como fiel a presente sumula.

Belém, 29 de abril de 1953. — (a) Frederico de Souza, Secretário.

\*\*\*

Resumo da Ata da oitava reunião Extraordinária, realizada em 27 de março de 1953.

Aos vinte e sete dias do mês de março do ano de 1953, a Comissão de Abastecimento e Preços do Pará, sob a presidência do Sr. Antônio Roberto, realizou a sua oitava sessão extraordinária, convocada especialmente para deliberar sobre o tabelamento do pirarucú. O Sr. Edmundo Marinho apresentou seu parecer, opinando pelo tabelamento seguinte: do comércio atacadista, quatorze cruzeiros e cinquenta centavos, e, no varejo, dezessete cruzeiros e cinquenta centavos. Fricou que o parecer estava assinado por todos os membros da subcomissão, baseados em dados dos leilões, Freitas e Lopes Pereira, e tinha por base o preço médio do pirarucú, alcançado dos

Últimos seis meses. O parecer foi aprovado. O Sr. Pedro Santos propôs e foi aprovada a proibição da exportação do pirarucu para outras unidades da Federação, ficando sob controle da COAP os embarques para os municípios do interior. O Sr. Edmundo Marinho propôs que a portaria, a respeito, tivesse a vigência de sessenta dias, a partir da sua publicação. A discussão do processo referente aos preços do peixe foi adiada. O Plenário tomou conhecimento do requerimento do Sr. Expedito Fernandes, acerca do seu pedido de renúncia de representante da Indústria, nesta Comissão. O requerimento dos Srs. Alvaro Brito da Silva e Otir Cordeiro, sobre autorização para o frigorífico "Nazaré" fornecer a quota de 300 a 400 quilos de carne, às quinta-feiras e aos domingos, foi entregue à subcomissão competente. O Sr. Edmundo Marinho propôs e foi aprovada a fixação das quotas de abastecimento aos habitantes de Conqueiro. Lido o memorial de diversos marchantes contra a assinatura do Convênio, a ser assinado entre COAP e os marchantes e abatedores de gado (da Capital, o Sr. Edmundo Marinho propôs a entrega do mesmo à subcomissão competente para novo estudo. O Sr. Raul Bohlhosa leu uma declaração da Sociedade Cooperativa da Indústria e Pecuária de que seus associados estão dispostos assinar o Convênio. A proposta Edmundo Marinho teve aprovação. O Sr. Raul Bohlhosa propôs, sendo

aprovada, a antecipação da matança de gado, de quinta-feira para segunda-feira, apenas na Semana Santa. E, em seguida foi encerrada a sessão.

E eu, Frederico de Souza, Secretário, dou como fiel a presente sumula.

Belém, 28 de abril de 1953. — (a) Frederico de Souza, Secretário.

\*\*\*  
Resumo da Ata da nona reunião extraordinária, realizada em 31 de março de 1953.

Aos trinta e um dias do mês de março do ano de 1953, a Comissão de Abastecimento e Preços do Pará, tendo a presidência do Dr. Antônio Roberto, realizou a sua nona sessão extraordinária, convocada especialmente para apreciar as razões constantes do memorial da Associação Comercial do Pará, acerca de revisão do processo referente ao tabelamento do pirarucu, e tomar conhecimento do telegrama do Sindicato do Comércio Atacadista do Amazonas, informando o preço, ali do pirarucu. Após a leitura do memorial e do telegrama, o Sr. Raul Bohlhosa pediu visto do processo, prometendo apresentar o seu voto dentro de 24 horas, sendo atendido. Em seguida, o Sr. Presidente encerrou a sessão, marcando outra para dia seguinte.

E eu, Frederico de Souza, Secretário, dou como fiel a presente sumula.

Belém, 29 de abril de 1953. — (a) Frederico de Souza, Secretário.

## EDITAIS

### ADMINISTRATIVOS

#### SECRETARIA DE OBRAS, TERRAS E VIAÇÃO

**Compra de Terras**  
De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta seção, faço público que pela Senhora Giovani Maria Vergolino Giordano, nos termos do art. 7.º do Regulamento de Terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola situada na 16.ª Comarca — Igarapé-miri — 42.º Termo — 42.º Município — Moju e 116.º Distrito com as seguintes indicações e limites: a dita sorte de terras, está situada à margem direita do Rio Moju, para onde faz frente, limitando-se pelo lado de baixo, com o Igarapé Salobro; pelo lado de cima com o Igarapé Ipitanga, e pelos fundos, com terras devolutas do Estado, medindo aproximadamente 5.000 metros de fundos, e abrangendo todos os igarapés ou grotas que demorem no perímetro descrito.

3.ª Seção da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Pará, 28 de abril de 1953. — (a) João Motta de Oliveira.  
(T. 5216 — 3, 14 e 24/5 — Cr\$ 120,00)

#### Compra de Terras

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta seção, faço público que pela Senhora Cordilina Alves dos Santos, nos termos do art. 7.º do Regulamento de Terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 8.ª Comarca — Breves — 17.º Termo, 17.º Município — Breves — e 50.º Distrito com as seguintes indicações e limites: a dita sorte de terras, está situada à margem esquerda do rio Pereira, para quem vem do rio Aranaí, seguindo este até o Igarapé Aturia, pelo qual sobe até as suas nascentes e confina com terras de propriedade de Francisco Salvino Duarte Pinheiro; que pelo rio Pereira, sobe o

terreno até o furo "Pataua", e por este, até um córrego conhecido por "Seco", onde confina com terras dos herdeiros de Bernardino Nunes e Izídio Rodrigues, e tem com limites pelos fundos, os referidos Senhores Francisco Salvino Duarte Pinheiro e Izídio Rodrigues, medindo a referida sorte de terras, 2.500 metros de frente, por 1.500 metros de fundos, mas ou menos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município de Breves.

3.ª Seção da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Pará, 24 de abril de 1953. — (a) João Motta de Oliveira.  
(T. 5217 — 3, 14 e 24/5 — Cr\$ 120,00)

#### Compra de Terras

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta seção, faço público que, pela Senhora Palmira Farias Picango, nos termos do art. 7.º do Regulamento de Terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria Pastoral, sitas na 20.ª Comarca — Obidos — 53.º Termo, 53.º Município — Oriximiná e 135.º Distrito, com as seguintes indicações e limites a dita sorte de terras, está situada à margem esquerda do Igarapé Sapucaá, para onde faz frente, e defronta-se com Domingos Manoel Antônio e Antônio Cardoso e, limita-se, pelo lado de cima, com os herdeiros de Inácio Dias Monteiro, no furo do Marreção; e do lado de baixo, com o terreno "Santa Luzia", de propriedade da requerente e seus filhos, e, pelos fundos, com o canal do Marreção, medindo 600 metros de frente por 1.000 metros de fundos, pouco mais ou menos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município de Oriximiná.

3.ª Seção da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Pará, 24 de abril de 1953. — (a) João Motta de Oliveira.  
(T. 5218 — 3 14 e 24/5 — Cr\$ 120,00)

#### Compra de Terras

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta seção, faço público que pelo Senhor João Chimace Alves, nos termos do art. 7.º do Regulamento de Terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 14.ª Comarca — Guamá — 36.º Termo, 36.º Município — Ourem e 100.º Distrito com as seguintes indicações e limites: a dita sorte de terras, está situada à margem esquerda do Igarapé Caxinguiá, para onde faz frente, e, limitando-se pelo lado direito, com terras requeridas por Tomé Rodrigues; pelo lado esquerdo e fundos, com terras devolutas do Estado, medindo 440 metros de frente por 3.300 metros de fundos, pouco mais ou menos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município de Ourem.

3.ª Seção da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Pará, 28 de abril de 1953. — (a) João Motta de Oliveira.  
(T. 5218 — 3, 14 e 24/5 — Cr\$ 120,00)

#### Compra de Terras

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta seção, faço público que, pelo Senhor Bernardino dos Reis Alves, nos termos do art. 7.º do Regulamento de Terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 14.ª Comarca — Guamá — 36.º Termo, 36.º Município Ourem e 100.º Distrito com as seguintes indicações e limites: a dita sorte de terras, está situada à margem esquerda do Igarapé Caxinguiá, para onde faz frente e, limitando-se pelos lados, direito, esquerdo e fundos, com terras devolutas do Estado medindo 440 metros de frente por 3.300 metros de fundos, pouco mais ou menos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município de Ourem.

3.ª Seção da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Pará, 28 de abril de 1953. — João Motta de Oliveira.  
(T. 5220 — 3, 14 e 24/5 — Cr\$ 120,00)

#### Compra de Terras

De ordem do Sr. Engenheiro chefe desta seção, faço público que, pelo Senhor Raimundo Rodrigues dos Reis, nos termos do art. 7.º do Regulamento de Terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 14.ª Comarca — Guamá — 36.º Termo, 36.º Município — Ourem e 100.º Distrito com as seguintes indicações e limites: a dita sorte de terras está situada à margem esquerda do Igarapé Caxinguiá, para onde faz frente, e, limitando-se pelos lados, direito, esquerdo e fundos, com terras devolutas do Estado, medindo 440 metros de frente por 3.300 metros de fundos, pouco mais ou menos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele Município de Ourem.

3.ª Seção da Secretaria de Obras, Terras e Viação do Pará, 28 de abril de 1953. — O Oficial, João Motta de Oliveira.  
(T. 5221 — 3, 14 e 24/5 — Cr\$ 120,00)

#### SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

##### CHAMAMENTO

Pelo presente edital, fica marcado o prazo de vinte (20) dias, a contar desta data, para a professora Terezinha de Jesus Araújo, reassumir o exercício de sua cadeira, no Orfanato Antônio Le-

mos, sob pena de não o fazendo nem apresentando escusa legal ou motivo de força maior justificado, ser demitida do cargo nos termos do art. 254, do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941.

Eu, Maria de Lourdes Moreira, oficial administrativo, Padrão N. do Quadro Único, servindo nesta Secretaria e respondendo pela

chefia de Expediente da mesma, autuei o presente edital extraindo do mesmo cópia para ser publicado no DIÁRIO OFICIAL.

José Cavalcante Filho  
Respondendo pelo expediente da Secretaria de Estado de Educação e Cultura

(G. — Dias 11, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 29 e 30/4; 1, 2, 4, e 5/3/1953).

#### Chamamento

Pelo presente edital de chamada, fica notificada Dona Clarice Marques Dourado, ocupante do cargo de Diretor de Grupo Escolar da Capital, Padrão L, do Quadro Único, para, dentro do prazo de vinte (20) dias, a contar da data da primeira publicação deste, no DIÁRIO OFICIAL, reassumir o exercício de seu cargo no grupo escolar Paulino de Brito, onde é lotada, sob pena de findo o prazo e tendo sido feita prova de existência de força maior ou coação ilegal, ser proposta sua demissão nos termos do Decreto-lei 3.902, de 28 de outubro de 1941. (E. F. P. E.) Eu, Maria de Lourdes Moreira, respondendo pela Chefia de Expediente da Secretaria de Estado de Educação e Cultura, autuei o presente edital, extraindo do mesmo cópia para ser publicado no DIÁRIO OFICIAL, em 17 de abril de 1953. — (a) José Cavalcante Filho, resp. pelo exp. da Secretaria.

(G. — Dias 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30/4; 1, 2, 3, 6, 7, 8, 9, 10 e 12/5)

#### Edital de chamamento

Pelo presente edital fica notificada Dona Lucilinda Gonçalves dos Santos Rosado, ocupante do cargo de Orientadora da Capital — padrão H, do Quadro Único, com exercício na Secretaria de Estado de Educação e Cultura, para dentro do prazo de vinte (20) dias reassumir o exercício de suas funções no referido cargo, sob pena de findo o mencionado prazo e não sendo feita prova de existência de força maior ou coação, ser proposta a sua demissão, nos termos do art. 254 do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941.

Eu, Maria de Lourdes Moreira, oficial administrativo — padrão N, do Quadro Único, servindo nesta Secretaria e respondendo pela Chefia do Expediente da mesma, autuei o presente edital, extraindo do mesmo cópia para ser publicado no DIÁRIO OFICIAL em 24 de abril de 1953. — José Cavalcante Filho, resp. pelo Exp. da Secretaria.

(G. — 28, 29 e 30/4; 1, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 19, 20 e 21/5/1953).

#### DEPARTAMENTO ESTADUAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

##### Chamamento

Pelo presente edital, fica marcado o prazo de vinte (20) dias, a contar desta data, para o Escrivão — classe K — do Quadro Único, lotado neste Departamento, Eduardo da Silva Lobão, reassumir o exercício de seu cargo, sob pena de não o fazendo nem apresentando escusa legal ou motivo de força maior justificado, ser demitido do cargo, nos termos do art. 254, do Decreto-lei n. 3.902, de 28 de outubro de 1941 (E. F. P. C. E.).

Eu, Manoel de Almeida Coelho, Chefe do Serviço de Administração do Departamento Estadual de Segurança Pública, autuei o presente edital extraindo do mesmo cópia para ser publicado no DIÁRIO OFICIAL. — (a) Manoel de Almeida Coelho, chefe do Serviço de Administração.

(G. — Dias 15, 16, 17, 18, 19, 21, 23, 24, 25, 26, 28, 29, 30/4 — 1, 3, 5, 6, 7, 8 e 9/5)



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# Diario da Justiça

DO ESTADO DO PARÁ

ANO XX

BELÉM — DOMINGO, 3 DE MAIO DE 1953

NUM. 3.837

## PROCLAMAS

Faço saber que se pretendem casar o Sr. João de Deus do Monte a senhorinha Alvanira da Costa Aragão.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, comerciante, domiciliado nesta cidade e residente à Rua Ferreira Pena, 164, filho de Manoel Pereira do Monte e de Dona Maria de Nazaré do Monte.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Trav. Manoel Evaristo, 511-A, filha de João da Costa Aragão e de Dona Adalgisa da Cunha Aragão.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 24 de abril de 1953.

E eu, Raymundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — **Raido Honório.**

(T — 5117 25/4 e 2/5 Cr\$ 40,00)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Anthoner Nunes Costa e a senhorinha Nair Lopes da Cunha.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, comerciante, domiciliado nesta cidade e residente à Rua Dr. Assis, 124, filho de Miguel Costa e de Dona Felisalvina Nunes Costa.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, guarda-livros, domiciliada nesta cidade e residente à Av. Portugal, 62, filha de Alfredo Lopes da Cunha e de Dona Salvina Aurora Santos Cunha.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 24 de abril de 1953.

E eu, Raymundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — **Raido Honório.**

(T — 5118 25/4 e 2/5 Cr\$ 40,00)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Raymundo Mário Cavalleiro de Macedo e a senhorinha Yolanda Silva de Albuquerque.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, jornalista, domiciliado nesta cidade e residente à Rua Veiga Cabral, 250, filho de Eugênio Augusto Cavalleiro de Macedo e de Dona Rita Mesquita Cavalleiro de Macedo.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Av. Senador Lemos, 390, filha de Romão Solimões de Al-

## EDITAIS

### JUDICIAIS

buquerque e de Dona Djanira da Silva Albuquerque.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 24 de abril de 1953.

E eu, Raymundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — **Raido Honório.**

(T — 5119 25/4 e 2/5 Cr\$ 40,00)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Alexandre da Silva Pereira e a senhorinha Maria Celeste Lobato.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, funcionário federal, domiciliado nesta cidade e residente à Trav. da Vileta, 300, filho de José da Silva Pereira e de Dona Catarina da Silva Pereira.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Trav. da Vileta, 295, filha de José de Franca Lobato e de Dona Maria Izabel Lobato.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 24 de abril de 1953.

E eu, Raymundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — **Raido Honório.**

(T — 5120 25/4 e 2/5 Cr\$ 40,00)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Ceil Santos Murrleta e a Senhorinha Therezinha de Jesus Mello de Vasconcelos.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, comerciante, domiciliado nesta cidade e residente à Avenida Brás de Aguiar, 474, filho de Pedro Murrleta Santos e de Dona Cecília Silva Santos.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, guarda-livros, domiciliada nesta cidade e residente à Praça Amazonas, 138, filha de Manoel Lemos de Vasconcelos e de Dona Graziela Mello de Vasconcelos.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer

impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 25 de abril de 1953.

E eu, Raymundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — **(a) Raido Honório.**

(T. 5153 — 26/4 e 3/5 — Cr\$ 40,00)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Waldemar Maia de Souza e a Senhorinha Guilhermina de Jesus Cunha.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, sapateiro, domiciliado nesta cidade e residente à Rua São Silvestre, 101, filho de Pedro Maia de Souza e de Dona Josefina Maia de Souza.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade, à Passagem União, 120, filha de João Maria da Cunha e de Dona Raymunda de Jesus Cunha.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 25 de abril de 1953.

E eu, Raymundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — **Raido Honório.**

(T. 5154 — 26/4 e 3/5 — Cr\$ 40,00)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Francisco Ferreira Prudente e a Senhorinha Odaléa Campos Salazar.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Gurupá, marítimo, domiciliado nesta cidade e residente à Rua Teófilo Condurú, 32, filho de Juvenio Ferreira Prudente e de Dona Maria Felipe Prudente.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Avenida Cipriano Santos, 358, filho de Ludgero Salazar Filho e de Dona Ceilina Campos Salazar.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 25 de abril de 1953.

E eu, Raymundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta ca-

pital dato e assino com a rubrica de que faço uso. — **Raido Honório.**

(T. 5155 — 26/4 e 3/5 — Cr\$ 40,00)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Caetano Leal da Cunha e a Senhorinha Elza Maria da Silva.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, funcionário federal, domiciliado nesta cidade e residente à Travessa D. Romualdo de Seixas, 102, filho de Candido Pena Brito e Cunha e de Dona Helena Leal da Cunha.

Ela é também solteira, natural do Pará, Benfca, professora, domiciliada nesta cidade e residente à Praça Brasil, 141, filha de Abel Pereira da Silva e de Dona Catarina Neves da Silva.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos 25 de abril de 1953.

E eu, Raymundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta Capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — **Raydo Honório.**

(T. 5156 — 26/4 e 3/5 — Cr\$ 40,00)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Octacilio Teixeira dos Santos e Dona Acrair Souza de Vasconcelos.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, motorista, domiciliado nesta cidade e residente à Trav. Rui Barbosa, 755, filho de Manoel Luiz dos Santos, e de Dona Maria Teixeira dos Santos.

Ela é também solteira, natural do Pará, Abaetetuba, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Trav. Bom Jardim, 755, filha de Serafim Vasconcelos e de Dona Alice de Souza Vasconcelos.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 27 de abril de 1953.

E eu, Raymundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — **Raido Honório.**

(T — 5166 28/4 e 5/5 Cr\$ 40,00)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Joaquim Corrêa da Costa e a Senhorinha Helena Cardoso de Magalhães Ramos.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Mosqueiro, funcionário estadual, domiciliado nesta cidade e residente à Rua Domingos Marreiros, 322, filho de Joaquim Maria da Costa e de Dona Ana Corrêa da Fonseca Costa.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, humanista, domiciliada nesta cidade e residente à Rua Boaventura da Silva, 768, filha de José Maria de Magalhães Ramos e de Dona Helena Cardoso Magalhães Ramos.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 27 de abril de 1953.

Eu, Raymundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — (a) Raído Honório.  
(T. 5167 — 28/4 e 5/5 — Cr\$ 40,00)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. José Pinto Pontes e a Senhorinha Wilma Carreira Collyer.

Ele diz ser solteiro, natural do Pará, Belém, comerciante, domiciliado nesta cidade e residente à Rua Dr. Moraes, 390, filho de José Pontes Vieira e de Dona Antonia Pinto Pontes.

Ela é também solteira, natural do Pará, Belém, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Avenida Senador Lemos, 445, filha de Aluisio Sampaio Collyer e de Dona Hilda Carreira Collyer.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 27 de abril de 1953.

Eu, Raymundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — (a) Raído Honório.  
(T. 5168 — 28/4 e 5/5 — Cr\$ 40,00)

Faço saber que se pretendem casar o Sr. Martinho Ferreira e a Senhorinha Maria José Santos.

Ele diz ser solteiro, natural do Ceará, Granja, industrial, domiciliado nesta cidade e residente à Rua Dr. Américo Santa Rosa, 314, filho de Joaquim Ferreira dos Santos e de Dona Joana Conceição.

Ela é também solteira, natural do Pará, Santa Isabel, prendas domésticas, domiciliada nesta cidade e residente à Rua Dr. Américo Santa Rosa, 314, filha de João Joaquim de Melo e de Dona Maria Ernestina de Melo.

Apresentaram os documentos exigidos por lei em devida forma pelo que se alguém tiver conhecimento da existência de qualquer impedimento, denuncie-o para fins de direito.

Dado e passado nesta cidade de Belém, capital do Estado do Pará, aos 27 de abril de 1953.

Eu, Raymundo Honório da Silva, oficial de casamentos nesta capital, dato e assino com a rubrica de que faço uso. — (a) Raído Honório.  
(T. 5156 — 28/4 e 5/5 — Cr\$ 40,00)

**JUIZO DE DIREITO DA 8.ª VARA DA COMARCA DA CAPITAL**  
**REPARTIÇÃO CRIMINAL — 2.ª PRETORIA**

**C i t a ç ã o**

O Dr. Ernani Mindelo Garcia, 2.º pretor criminal faz saber aos que este lêrem ou dele tiverem conhecimento que, pelo Dr. 2.º promotor público, foi denunciado Ormindo Jovem dos Santos, baiano, solteiro, de 28 anos de idade, serralleiro, residente na Pensão Cearense Rua Gaspar Viana, nesta cidade, como incurso nas disposições penais do art. 281 do Código Penal Brasileiro. E, como não foi encontrado para ser citado pessoalmente, expedese o presente edital para que o denunciado, sob pena de revella, compareça a esta Repartição, no dia 18 do corrente, às 9,30 horas afim de ser interrogado pelo crime de que é acusado.

Belém, 2 de maio de 1953.  
Eu, Wilson Marques da Silva, escrivão, o escrevi.

O pretor — (a) Ernani M. Garcia  
(G. — 3 e 19/5)

**PROTESTO DE LETRAS**

Faço saber por este edital a Importadora Motocunha Ltda., que foi apresentada em meu cartório à Travessa Campos Sales, 90, 1.º andar da parte do Banco do Brasil S/A., para apontamento e protesto a nota promissória s/n. do valor de hum mil cruzeiros (Cr\$ 1.000,00), por V. S., endossada a favor da casa Bancária Magalhães Franco Ltda., a Recife, o intimo e notifico ou a quem legalmente os representem, para pagar ou dar a razão porque não paga a dita nota promissória, ficando ciente desde já, que o protesto respectivo será lavrado e assinado dentro do prazo legal.

Belém, 2 de maio de 1953. — Aliete do Vale Veiga, oficial.  
(T. — 5223 — 3/5 Cr\$ 40,00)

Faço saber por este edital a Maalharia Beverly Ltda., que foi apresentado em meu cartório à Travessa Campos Sales, 90, 1.º andar da parte do Banco do Brasil S/A., para apontamento e protesto, por falta de aceite e pagamento, a duplicata de conta mercantil n.º 2.444, do valor de sete mil, cento e cinquenta cruzeiros e oitenta centavos (Cr\$ 7.150,80), por V. S. endossado a favor do Banco Comercio e Industria de Minas Gerais S/A., e os intimo e notifico ou a quem legalmente os represente, para pagar ou dar a razão porque não pagam a autora a dita duplicata de conta mercantil, ficando ciente desde já, que o protesto respectivo será lavrado e assinado dentro do prazo legal.

Belém, 2 de maio de 1953 — Aliete do Vale Veiga, oficial.  
(T. — 5222 — 3/5 Cr\$ 40,00)

**COMARCA DA CAPITAL**

Citação pelo prazo de trinta dias O Doutor Júlio Gouveia, juiz de direito da 7.ª vara, da Comarca da Capital do Estado, do Pará, etc.

Faz saber aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento, que a este juízo, foi feita e apresentada a petição do seguinte teor: — Exmo. Sr. Dr. Juiz de Direito da Vara: — F. Moacir Pereira & Cia., firma comercial sediada nesta praça, na forma da anexa duplicata, como representante do Laboratório Eduardo Bezerra, por seu procurador e advogado infra assinado, vem requerer a V. S. consoante a lei que rege a espécie, a interrupção do lapso prescricional para o título n. 8.746, contra o devedor Adamastor Figueiredo, residente no Município de Itacotiara, Estado do Amazonas, em lugar incerto, em 30 de abril de 1948, e do valor de Cr\$ 5.523,10, título tal, cujo pagamento não foi feito. Nestes termos, D. e A., feita a citação por editais no DIÁRIO OFICIAL, para o fim referido, com as formalidades da lei, Pede Deferimento. Belém, 27 de março de 1953. Pp. Alarico Barata. Despacho do Juiz: — D. A. Como requer Belém, 28/3/53. Júlio Gouveia. Ao Sr. Dr. Juiz de Direito da sétima vara. Em 28/3/53. Miranda. Ao Sr. Escrivão do primeiro ofício. Em 30/3/53. Miranda. Em virtude do que é expedido o presente edital pelo prazo de trinta (30) dias, pelo qual ficará citado o referido Senhor Adamastor Figueiredo para todos os termos da ação já referida. E para que chegue ao conhecimento de todos, será o presente afixado no lugar do costume, e publicado pela imprensa. Dado e passado nesta cidade de Belém do Pará, aos 9 de abril de 1953. Eu, Marietta de Castro Sarmiento, escrivã o escrevi. — (a) Júlio Gouveia.  
(T-5116-24/4; 3 e 13/5—Cr\$ 150,00)

**TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 8.ª REGIÃO**

PORTARIA N. 11 — DE 28 DE ABRIL DE 1953

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8.ª Região usando de suas atribuições legais, resolve nomear para exercer o cargo de Vogal Empregador da

Meretíssima Junta de Conciliação e Julgamento do Município de Belém, o Sr. Homero Cunha, no biênio 1953-1955.

Cumpra-se e publique-se.  
Ernesto Chaves Netto  
Presidente

PORTARIA N. 12 — DE 28 DE ABRIL DE 1953

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8.ª Região, usando de suas atribuições legais,

resolve nomear para exercer o cargo de Vogal Empregado da Meretíssima Junta de Conciliação e Julgamento do Município de Belém, o Sr. Antônio José de Sousa Santos.

Cumpra-se e publique-se.  
Ernesto Chaves Netto  
Presidente

PORTARIA N. 13 DE 28 DE ABRIL DE 1953

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8.ª Região, usando de suas atribuições legais,

resolve nomear para exercer o

cargo de Suplente de Vogal Empregador da Meretíssima Junta de Conciliação e Julgamento do Município de Belém, o Sr. Carlos Manoel Robert Damasceno, no biênio 1953-1955.

Cumpra-se e publique-se.  
Ernesto Chaves Netto  
Presidente

PORTARIA N. 14 DE 28 DE ABRIL DE 1953

O Presidente do Tribunal Regional do Trabalho da 8.ª Região, usando de suas atribuições legais,

resolve nomear para exercer o cargo de Suplente de Vogal Empregado da Meretíssima Junta de Conciliação e Julgamento do Município de Belém, o Sr. Moacyr Lessa de Oliveira, no biênio 1953-1955.

Cumpra-se e publique-se.  
Ernesto Chaves Netto  
Presidente

**BOLETIM ELEITORAL**

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL**

**CARTÓRIO ELEITORAL DA 1.ª ZONA**

**Pedido de inscrição**

De ordem do Dr. Juiz Eleitoral da 1.ª Zona, faço saber aos interessados que requereram inscrição neste Cartório os cidadãos: — Ana Rosa da Mota, Antônio Tavares de Lima, Celia Nunes Norão, Demócrito Rendeiro de Noronha, Francisco Pereira de Vasconcelos, Guiomar Corrêa Bandeira, Iolanda Pinheiro da Costa, Jeremias de Jesus Brandão, Joaquim de Araújo Esteves, Marcos Vinícios Alves de Oliveira, Maria de Lourdes Silva, Maria de Jesus Marinho Milhomem, Maria de Nazaré dos Santos, Mesias do Nascimento Ferreira, Nestor Menezes da Costa, Ofir Soares Ferreira, Onilde Ferreira da Costa, Renée Miranda de Almeida, Rosa Leal da Silva e David do Carmo Nascimento. E, para constar mandei publicar o presente Edital na Imprensa Oficial do Estado e afixar à porta deste Cartório, pelo prazo de cinco (5) dias, dentro do qual poderão os interessados reclamar.

Dado e passado nesta Cidade de Belém, aos 30 dias do mês de abril de 1953. — (a) Wilson Deocleciano Rabelo, escrivão eleitoral.

(G. — 3/5)

**Segunda via**

Faço saber a quem interessar possa que os cidadãos: — Aureliana Prazeres Marinho, Bazílio Cecilio Paes, Benedito Pereira, Bertoldo Fernandes Bastos, Filadelfia Martins, Francisca Campos Corrêa, Irene Farias Paes, Isolina Nepomuceno de Sousa, Jesús Tocantins Maltez, João de Barros Filho, José Rodrigues da Silva, Lauro Guilherme Camilo Dias, Maria de Nazaré Amaral, Pedro Rodrigues Duarte, Raimunda Armada de Sousa, Raimundo Feliz Borges, Rai-

lundo Nonato de Brito, Sadi Montenegro Duarte, Venina Narcinda de Barros, Vicência de Araújo Ferreira e Vitor Damásio do Carmo, tendo extraviado seus títulos eleitorais, requereram segunda via dos referidos títulos a este Juízo. E, para constar, mandei expedir o presente Edital que será afixado no lugar de costume e enviada cópia para publicação na Imprensa Oficial do Estado.

Dado e passado nesta Cidade de Belém, aos 30 dias do mês de abril de 1953. — (a) Wilson Deocleciano Rabelo, escrivão eleitoral.

(G. — 3/5)

**Pedido de transferência**

De ordem do Dr. Juiz Eleitoral da 1.ª Zona, faço saber aos interessados que requereram transferência para esta Zona os eleitores: — Fernando Ferreira da Cruz, inscrito na 11.ª Zona — Guamá; — Flávio Oliveira Bentes, inscrito na 22.ª Zona — Obidos; — Joana Raimunda de Araújo, inscrita na 14.ª Zona — Vizeu; — João Bonifácio Filho, inscrito na 19.ª Zona — Monte Alegre; — Maria da Conceição Ferreira, inscrita na 1.ª Zona — S. Luiz Maranhão; — Ney Dilcy da Costa Gomes, inscrita na 3.ª Zona — Distrito Federal; — Oziel Rodrigues Carneiro, inscrito na 2.ª Zona — S. Luiz Maranhão e Raimundo da Cruz Moreira Junior, inscrito na 5.ª Zona — Igarapé-Açu. E, para constar mandei publicar o presente Edital na Imprensa Oficial do Estado e afixar à porta deste Cartório, pelo prazo de cinco (5) dias, dentro do qual poderão os interessados reclamar.

Dado e passado nesta Cidade de Belém, aos 30 dias do mês de abril de 1953. — (a) Wilson Deocleciano Rabelo, escrivão eleitoral.

(G. — 3/5)



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

# Diário da Assembléia

DO ESTADO DO PARÁ

ANO III

BELÉM — DOMINGO, 3 DE MAIO DE 1953

NUM. 487

Ata da sétima sessão ordinária da Assembléia, em vinte e sete de abril de mil novecentos e cinquenta e três.

Aos vinte e sete dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e três nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, às quinze horas e quinze minutos no salão de sessões da Assembléia Legislativa, edifício da Municipalidade, presentes os Exmos. Srs. Deputados Abel Figueiredo, Américo Lima, Carlos Menezes, Cléo Bernardo, Clovis Ferro Costa, Francisco Bordalo, José Maria Chaves, José Jacinto Aben-Athar, Paulo Itaguai, Rui Barata, Sílvio Braga, Acindino Campos, Célio Lobato, João Camargo, João Menezes, Libero Luxardo, Lobão da Silveira, Ismael Araújo, Pereira Brasil, Rui Mendonça, Rui Parizós, Sílvio Meira, Cunha Coimbra, Efraim Bentes, Romeu Santos, Humberto Vasconcelos, Rosa Pereira e Reis Ferreira, o Sr. Presidente Abel Martins, secretariado pelos Srs. Deputados Augusto Corrêa e Fernando Magalhães, constatando haver número legal, deu início aos trabalhos, mandando proceder à leitura da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada sem emendas. O Expediente constou do seguinte: telegrama do Presidente da Câmara Municipal de Porto de Moz, comunicando a instalação dos trabalhos legislativos do corrente ano; ofício do presidente da Câmara Municipal de Ponta de Pedras, comunicando a instalação dos trabalhos legislativos do corrente ano; petição de Auridéa de Moura Soares solicitando pagamento de férias, em virtude de sua dispensa das funções, e petição de Inês de Castro Silva solicitando uma pensão. O primeiro orador da Hora do Expediente foi o Sr. Deputado Carlos Menezes, que tratou da atual situação das "torrinhas" do Teatro da Paz, criticando o diretor daquela casa de espetáculos e o Secretário de Obras, Teras e Viação, para finalizar apresentando um requerimento no sentido de que fossem interditados os "Paraízos" do Teatro da Paz, que além de não oferecer aos frequentadores daquela importante casa de espetáculos garantias de segurança e higiene, constitui aberrante incentivo à imoralidade e à malandragem. Ainda com a palavra, apresentou um outro requerimento no sentido de que esta Assembléia envie um telegrama de congratulações e aplausos ao Sr. Deputado federal Armando Falcão registrando o apêlo moral desta Casa ao seu projeto de lei que determina seja declarada extinta a Comissão Federal de Abastecimento e Preços. Requeriu ainda que fosse telegrafado à representação paraense na Câmara e no Senado Federal pedindo integral apêlo e aprovação para o projeto de lei de autoria do Sr. Deputado federal Armando Falcão. O Sr. Sílvio Braga seguiu-se com a palavra, a fim de apresentar dois requeri-

## ATOS DO PODER LEGISLATIVO

mentos. O primeiro solicitando que seja encaminhado ao Sr. Presidente da República e senadores dos Estados Amazônicos, o apêlo desta Casa no sentido de ser apressada a aprovação do projeto Cosme Ferreira, criando vinte e um seringais-escolas nos Estados e Territórios produtores de borracha na Amazônia, ora em curso no Senado Federal. O segundo, no sentido de ser transmitido ao Sr. Presidente da República e a Comissão Executiva de Defesa da Borracha, o desejo desta Assembléia em ver confirmadas as pesquisas e observações feitas pelo Instituto Paulista de Tecnologia e posterior revisão da tabela de preços de compra e venda do Banco de Crédito da Amazônia, tal qual como foi recomendada pelo 2.ª Conferência Nacional de Borracha, realizada no ano passado em Cuiabá. A seguir, o Sr. Cléo Bernardo requereu que, ouvido o plenário, esta Assembléia apele ao Chefe do Poder Executivo no sentido de mandar concluir o grupo escolar da cidade de Chaves, o qual está quase terminado, porém incompreensivelmente em abandono. O último orador da Hora do Expediente foi o Sr. Deputado Sílvio Meira que, com justificativa, também apresentou dois requerimentos. O primeiro, no sentido de ser encaminhada à Câmara Federal, Comissão de Finanças, mediante ofício, a planta da construção de um prédio onde funcionará o Colégio das Irmãs de São Vicente de Paula, neste Estado, orçado em três milhões de cruzeiros, solicitando seja votado um auxílio orçamentário no valor de um milhão de cruzeiros em favor dessa instituição, auxílio esse que poderá correr à conta da verba de Valorização Econômica da Amazônia ou outra que for julgada mais conveniente. O segundo requerimento, solicita que seja telegrafado ao Sr. Ministro da Fazenda, encarecendo suas providências no sentido de ser feita a distribuição à Delegacia Fiscal do Pará das verbas federais destinadas aos municípios paraenses e provenientes do Imposto de Renda, tendo em vista, especialmente, a situação de dificuldade que muitos desses municípios atravessam, com prejuízos causados pelas enchentes. Encaminhados os trabalhos para a primeira parte da Ordem do Dia, o Sr. Deputado Rui Barata apresentou um projeto de lei subscrito pelos Srs. Deputados Sílvio Braga e Américo Lima, abrindo o crédito especial de cinco milhões de cruzeiros destinados a socorrer as populações dos Municípios de Almeirim, Prainha, Monte Alegre, Santarém, Alenquer, Itaituba, Óbidos, Oriximiná, Juruti e Faro, zona assolada pela enchente. Ainda com a palavra, apresentou um outro projeto de lei considerando de utilidade pública a agremiação

esportiva Liberto Esporte Clube. Seguiu-se com a palavra o Sr. Deputado Reis Ferreira que, com justificativa, apresentou um projeto de lei autorizando o Poder Executivo a abrir o crédito suplementar de dois milhões de cruzeiros, no corrente exercício, para atender as despesas emergentes de amparo social, em benefício das populações ribeirinhas dos Municípios de Santarém, Alenquer, Óbidos, Monte Alegre, Oriximiná, Juruti e Faro, neste Estado, em virtude dos grandes prejuízos decorrentes da atual enchente do Rio Amazonas. O referido crédito deverá ser aplicado, em partes iguais, por intermédio do Departamento de Agricultura, subordinado à Secretaria de Economia e Finanças e pela Secretaria de Saúde Pública. O Sr. Deputado Carlos Menezes voltando a ocupar a tribuna, disse que, quando o Sr. Deputado Augusto Corrêa pediu arquivamento dos projetos de lei de sua autoria em curso nesta Assembléia, havia declarado que ocuparia a tribuna, a fim de voltar a apresentar todos aqueles projetos, pois todos eles eram de real importância para a coletividade. Desse modo, cumprindo a promessa, apresentava o primeiro projeto de lei da série, que dá nova organização ao ensino primário do Estado do Pará. Após, o Sr. Presidente anunciou a discussão do requerimento de autoria do Sr. Deputado Sílvio Braga solicitando que seja encaminhado ao Sr. Presidente da República e ao Parlamento Nacional o apêlo desta Assembléia em favor da pequena navegação da Amazônia, objetivando a urgente apresentação da lei especial que isenta das obrigações para com o Instituto dos Marítimos os armadores de embarcações até vinte toneladas de carga. Sobre a matéria falaram os Srs. Deputados Carlos Menezes, Sílvio Braga e Clovis Ferro Costa. O requerimento, entretanto, deixou de ser votado em virtude de haver sido esgotada a hora regimental para a primeira parte da Ordem do Dia. Anunciada a segunda parte da Ordem do Dia, entrou em discussão a emenda constitucional que altera o artigo sétimo da Constituição Política do Estado, ou seja, modifica o período dos trabalhos legislativos, que passarão a ter início em junho, terminando em novembro. Em discussão a matéria, o Sr. Deputado José Maria Chaves, depois de se manifestar contrário à redação da emenda, apresentou uma emenda substitutiva ao projeto de resolução alterando o artigo segundo, que passaria a ter a seguinte redação: "Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o que dispõe o parágrafo terceiro do artigo cento e vinte e oito, da Constituição Política do Estado". O Sr. Deputado

Clovis Ferro Costa levantou uma preliminar no sentido de que a emenda substitutiva do Sr. Deputado José Maria Chaves fosse encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça. Seguiu-se com a palavra o Sr. Deputado Sílvio Meira, que combateu a emenda substitutiva, bem como a preliminar do Sr. Deputado Ferro Costa. A presidência havia anunciado a votação da preposição, quando o Sr. Deputado Efraim Bentes, solicitando a palavra pela ordem, pediu que primeiramente fosse colocada em votação a emenda substitutiva, no sentido de verificar se a mesma era regimental ou não, no que discordou o Sr. Deputado Ferro Costa, declarando que a questão de ordem levantada pelo líder trabalhista não tinha razão de ser. O Presidente Abel Martins declarou que mantinha o seu ponto de vista colocando em votação a preposição do Sr. Deputado Ferro Costa, a qual foi rejeitada. Ainda sobre a emenda, falaram os Srs. Deputados Clovis Ferro Costa e Sílvio Meira. Submetida à votação a emenda constitucional, teve o seguinte resultado: dezoito votos favoráveis à emenda e onze contra. O Sr. Deputado Sílvio Meira declarou que a emenda havia caído, em virtude de não alcançarem a maioria absoluta de dezanove deputados, com o que concordou a presidência. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente Abel Martins encerrou os trabalhos às dezoito horas, marcando outra reunião para o dia imediato, à hora regimental, sendo então lavrada a presente ata que vai assinada pelo Sr. Presidente e demais membros da Mesa.

Sala das sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em vinte e sete de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e três. — (aa) Abel Martins e Silva, presidente — Augusto Pereira Corrêa e Fernando Rebelo Magalhães.

Ata da oitava sessão ordinária da Assembléia, em vinte e oito de abril de mil novecentos e cinquenta e três.

Aos vinte e oito dias do mês de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e três nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, às quinze horas e quinze minutos no salão de sessões da Assembléia Legislativa, edifício da Municipalidade, presentes os Exmos. Srs. Deputados Abel Figueiredo, Américo Lima, Carlos Menezes, Cléo Bernardo, Clovis Ferro Costa, Francisco Bordalo, José Maria Chaves, José Jacinto Aben-Athar, Licurgo Peixoto, Paulo Itaguai, Rui Barata, Sílvio Braga, Acindino Campos, Célio Lobato, Ismael Araújo, João Camargo, João Menezes, Libero Luxardo, Lobão da Silveira, Pereira Brasil, Rui Mendonça, Rui Parizós, Sílvio Meira, Cunha Coimbra, Efraim Bentes, Humberto Vasconcelos, Rosa Pereira, Imbiriba da Rocha e Reis Ferreira, o



Sr. Presidente Abel Martins, secretariado pelos Srs. Deputados Augusto Corrêa e Fernando Magalhães, constatando haver número legal, deu início aos trabalhos, mandando proceder à leitura da ata da sessão anterior a qual foi aprovada sem restrições. O Expediente constou do seguinte: ofícios dos Presidentes das Câmaras Municipais de Marapanim, Mojtú, Irituia e João Coelho, comunicando a instalação dos trabalhos legislativos do corrente ano; ofício do Sr. Diretor-secretário do Iate Clube do Pará, comunicando a fundação e eleição da Diretoria do citado clube, e ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Belém solicitando ao Sr. Presidente desta Assembléa, a dispensa de um dos taquígrafos, quando houver reunião extraordinária daquela Câmara. O primeiro orador inscrito para a Hora do Expediente foi o Sr. Deputado Augusto Corrêa que, assomando à tribuna, declarou que no período legislativo passado havia apresentado um requerimento, solicitando informações ao Departamento de Estradas de Rodagem, através do Poder Executivo, para saber se era possível a ligação do Município de Anhangá ao de Castanhal, por uma rodovia que seria construída com a quota rodoviária do Município de Anhangá. Agora, recebera as informações solicitadas, as quais infelizmente não o satisfiziam, pois verificava que o engenheiro signatário não sabia ler, porquanto não respondeu às informações pedidas. Depois de tecer comentários em torno dos benefícios que essa rodovia poderia trazer às populações daqueles dois municípios, apresentou um requerimento no sentido de que o Sr. Governador do Estado determine ao Departamento de Estradas de Rodagem informar quanto deve de quotas do Fundo Rodoviário ao Município de Anhangá, especificando o valor de cada quota e período a que corresponde. Seguiu-se com a palavra o Sr. Deputado Libero Luxardo que, com justificativa, apresentou um requerimento no sentido de ser solicitado ao Sr. Governador do Estado o destaque no Plano de Obras, para o próximo exercício, da importância de cinquenta mil cruzeiros, para conclusão da Escola Rural do alto rio Caracará, Município de Arariuna. O Sr. Deputado Cunha Coimbra solicitando a palavra, apresentou com ligeira justificativa, um requerimento solicitando informações ao Poder Executivo sobre qual o valor despendido no exercício de mil novecentos e cinquenta e dois pela Biblioteca e Arquivo Público, na aquisição de livros para a Biblioteca Pedagógica, instituída por lei, qual a verba utilizada e se, pela verba orçamentária de cem mil cruzeiros consignada à Biblioteca e Arquivo Público e destinada à compra de material permanente no exercício de mil novecentos e cinquenta e dois, foram adquiridas outras utilidades que não livros. Pede ainda que fosse informado se a verba acima referida foi totalmente aplicada e, em caso negativo, qual o saldo e quais os motivos determinantes da sua não aplicação total. Ainda com a palavra, o Sr. Deputado Cunha Coimbra apresentou um outro requerimento solicitando informações ao Executivo se a Lei número quinhentos e setenta e quatro, de quinze de outubro de mil novecentos e cinquenta e dois, que instituiu o prêmio "Estado do Pará", sancionada pelo Governo, foi executada e a quem foi concedido o prêmio, no ano referido. Pede que em caso negativo, fossem informados quais os motivos da sua não execução. O Sr. Deputado João Menezes tratou do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, para depois apresentar um requerimento no sentido de ser telegrafado ao Sr. Presidente da República transmitindo a viva ansiedade do povo paraense pela nomeação do Superintendente da Valorização da Amazônia. Requeru ainda fosse telegrafado às bancadas do Pará no Congresso Nacional, a fim de que seus líderes, em tra-

balho conjunto, plessem junto ao Sr. Presidente da República a nomeação do Superintendente da Valorização da Amazônia. Ainda com a palavra, o orador apresentou um outro requerimento no sentido de ser telegrafado ao Sr. Presidente da República e ao Congresso Nacional solicitando, com a urgência permitida, abertura de um crédito de cinco milhões de cruzeiros, para socorrer as populações atingidas com as enchentes dos Rios Amazonas e Tapajós. Ainda na Hora do Expediente falou o Sr. Deputado Augusto Itaguai, que apresentou um requerimento apelando para o Chefe do Executivo, no sentido de determinar providências cabíveis junto ao Sr. Prefeito Municipal de Belém e à Delegacia de Trânsito, para ser atendido o pedido dos moradores da Vila de Icoaraci, que solicitam a extensão das linhas de ônibus até o local denominado Cigana, assim como várias outras reivindicações. O Sr. Deputado Fernando Magalhães foi o último orador da Hora do Expediente que, assomando à tribuna, apresentou três requerimentos. O primeiro no sentido de ser oficiado ao diretor da Estrada de Ferro de Bragança solicitando as seguintes informações: — se foi recebida por aquela Diretoria a importância de cinco milhões de cruzeiros, destinada ao início da construção do ramal férreo que ligará os Municípios de Marapanim, Curuçá, à Cidade de Castanhal b) — se recebeu, quanto foi despendido, em que, quanto resta de saldo e onde o mesmo se encontra. O segundo requerimento apela para a Secretaria de Saúde, no sentido de dotar a cidade de Marapanim, assim como todas as sedes dos municípios da região do Salgado, de um serviço itinerante de assistência dentária, da mesma maneira como vem sendo feito o serviço médico nesses municípios. O último requerimento solicita que seja telegrafado ao Diretor Geral do Departamento dos Correios e Telegrafos, reiterando os apêlos desta Assembléa feitos em mil novecentos e cinquenta e um e em mil novecentos e cinquenta e dois, para que a estação telegráfica de Curuçá seja instalada e entre em funcionamento mais breve possível. Encaminhados os trabalhos para a primeira parte da Ordem do Dia, foi aprovado o pedido de urgência do Sr. Deputado Rui Barata, para o projeto de lei de sua autoria que abre um crédito de cinco milhões de cruzeiros como auxílio às populações de vários municípios do Baixo Amazonas, em virtude das enchentes. Também foi aprovado o requerimento de urgência do Sr. Deputado Reis Ferreira, para o projeto de lei de sua autoria, que abre um crédito de dois milhões de cruzeiros, como auxílio também às populações de vários municípios do Baixo Amazonas, em virtude das enchentes. Em seguida, o Sr. Deputado Silvio Meira, com justificativa, apresentou um projeto de lei abrindo, neste exercício, o crédito especial de cinquenta mil cruzeiros, auxílio do Estado, para a conservação e restauração das obras de arte existentes na matriz da cidade da Vigia. O auxílio será entregue ao vigário da Vigia, para a realização das obras necessárias, com a supervisão do Arcebispo. O Sr. Deputado Carlos Menezes, também com justificativa, apresentou um projeto de lei concedendo prêmio ao lavrador que primeiro produzir fumo em folha e a primeira firma comercial dos municípios do interior do Estado que exportar. O Senhor Deputado João Menezes solicitando a palavra, apresentou uma emenda constitucional no sentido de que o Estado entregue, anualmente, em caráter obrigatório, pelo prazo de quinze anos, três por cento de sua receita arrecadada, a fim de fomentar no interior do Estado, a produção agrícola e pecuária. Após a presidência anunciar a redação final da emenda constitucional que concede autonomia ao município de Belém, tendo o

Sr. Deputado José Maria Chaves declarado que a Mesa deveria promulgar, para efeito de publicação, o que foi feito. Em prosseguimento, a presidência anunciou a continuação da discussão adiada do requerimento de autoria do Sr. Deputado Silvio Braga solicitando seja encaminhado ao Sr. Presidente da República e ao Parlamento Nacional o apêlo desta Assembléa em favor da pequena navegação fluvial da Amazônia, objetivando a urgente apresentação da lei especial que isenta das obrigações para com o Instituto dos Marítimos. O Sr. Deputado Humberto Vasconcelos manifestando-se sobre a matéria, declarou que o requerimento não tinha sua razão de ser. O Sr. Deputado Lobão da Silveira discursava defendendo o requerimento, quando o Sr. Deputado Cléo Bernardo pediu a palavra, pela ordem, para fazer uma comunicação à Casa. Disse que um cidadão tentara ingressar em plenário para falar com o Sr. Deputado José Jacinto Aben-Athar e que, o Sr. Deputado Augusto Corrêa dera ordem de prisão ao referido cidadão. Desse modo, solicitava providências da Mesa. O Sr. Deputado Augusto Corrêa, explicando, declarou que o Sr. Deputado Cléo Bernardo estava equivocado, passando então a relatar o ocorrido. Também o Sr. Deputado José Jacinto Aben-Athar explicou como os fatos haviam se passado. A essa altura, o Sr. Deputado Rui Barata solicitou que a presidência não contasse o tempo perdido com as explicações sobre o incidente. Passando-se a segunda parte da Ordem do Dia, foi anunciada a segunda discussão do projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Humberto Vasconcelos que concedeu títulos definitivos de propriedade, sem qualquer indenização, aos ocupantes de terras públicas quando organizados em colônias agrícolas. Como já havia sido aprovado em sessão anterior o artigo primeiro do referido projeto de lei, a presidência colocou em votação o artigo segundo, tendo o Sr. Deputado Clovis Ferro Costa solicitado que a Secretaria desta Assembléa informasse o andamento do processo. O Sr. Deputado Humberto Vasconcelos protestou contra a protelação da votação do projeto. O Sr. Deputado Augusto Corrêa, encaminhando a votação, declarou-se contrário a matéria, dizendo que o projeto de lei em matéria de Direito era inoperante. Submetido à votação o artigo segundo, foi o mesmo aprovado, assim como os demais artigos constantes do referido projeto. Em seguida, foi anunciada a primeira discussão do projeto de lei que organiza o Tribunal de Contas do Estado e cria os cargos de Procurador e Auditores do mesmo. Como não houvesse "quorum" para votação, o Sr. Deputado Clovis Ferro Costa solicitou adiamento da discussão da matéria, o que foi aceito pela Mesa. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente Abel Martins encerrou a sessão às dezessete horas e quarenta minutos, colocando em pauta para a sessão seguinte o processo número duzentos e vinte e nove, sendo então lavrada a presente ata que vai assinada pelo Sr. Presidente e demais membros da Mesa.

Sala das sessões da Assembléa Legislativa do Estado do Pará, em vinte e oito de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e três. — (aa) Abel Martins e Silva, presidente — Augusto Pereira Corrêa e Fernando Rebelo Magalhães.

Ata da nona sessão ordinária da Assembléa Legislativa em 29 de abril de mil novecentos e cinquenta e três.

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de mil nove-

centos e cinquenta e três nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, às quinze horas e vinte minutos, no salão de sessões da Assembléa Legislativa, edifício da Municipalidade, presentes os Exmos. Srs. Deputados Abel Figueiredo, Américo Lima, Carlos Menezes, Cléo Bernardo, Clovis Ferro Costa, Francisco Jordão José Maria Chaves, José Jacinto Aben-Athar, Licurgo Peixoto, Paulo Itaguai, Rui Barata, Silvio Braga Acindino Campos, Ismael Araújo, João Camargo, João Menezes, Libero Luxardo, Lobão da Silveira, Pereira Brasil, Rui Mendonça, Rui Parizós, Silvio Meira, Cunha Coimbra, Romeu Santos, Humberto Vasconcelos, Rosa Pereira, Imbiriba da Rocha e Reis Ferreira, o Sr. Presidente Abel Martins, constatando haver número legal, deu início aos trabalhos, mandando proceder à leitura da ata da reunião anterior, a qual foi aprovada, depois de uma observação feita pelo Sr. Deputado Lobão da Silveira. O Expediente constou do seguinte: telegrama do Prefeito de Obidos, solicitando a valiosa cooperação desta Assembléa no sentido de ser reiterado os termos do telegrama que foi dirigido por aquela Prefeitura ao Sr. Presidente da República sobre as enchentes do Rio Amazonas; ofício do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Monte Alegre confirmando o ofício número cinco, de mil novecentos e cinquenta e dois, e em face do requerimento aprovado por aquele Legislativo, encaminha nova cópia do requerimento número um, apresentando sugestão para a reforma da Lei Orgânica dos Municípios; circular do Presidente da Câmara Municipal de Curuçá, comunicando a instalação dos trabalhos legislativos do corrente ano; ofício do Sr. Governador do Estado, encaminhando o projeto de lei que cria o Serviço Médico Itinerante, e convite de uma comissão da Delegacia do Trabalho convidando esta Assembléa para os festejos do dia primeiro de maio. O primeiro orador da Hora do Expediente foi o Sr. Deputado Reis Ferreira, que voltou a tratar das enchentes do Rio Amazonas, apresentando um requerimento no sentido de ser encaminhado o confiante apêlo desta Assembléa à prestimosa Diretoria da Associação Comercial do Pará, para que essa instituição, levada a repetir o gesto filantrópico, que tanto a distinguiu nos créditos da opinião do povo paraense, e quicá do Brasil, de assistência ao martírio dos nossos compatriotas do nordeste, acorra, pressurosamente, com o mesmo impulso humano de inspiração cristã, a promover idêntico movimento em favor das populações ribeirinhas do Baixo Amazonas. Ainda com a palavra, o orador apresentou um requerimento de informações ao Poder Executivo, no sentido de saber se o Governo já tomou providências para amparar as populações ribeirinhas deste Estado, submetidas às grandes inundações do Rio Amazonas, e em caso afirmativo, discriminar as medidas concretas que porventura tenham sido tomadas, com a especificação das Secretarias encarregadas dessa relevante missão. Seguiu-se com a palavra o Sr. Deputado Cléo Bernardo, que, primeiramente, disse sentir-se satisfeito com a presença na Casa do jornalista Santana Marques, ex-deputado estadual, que, no momento, encontrava-se sentado na bancada da imprensa. Prosseguindo apresentou um requerimento no sentido de que a Assembléa faça um apêlo ao Chefe do Poder Executivo, a fim de promover a desapropriação das terras pertencentes ao Sr. Santos Moreira, paralelas ao "Jardim das Poncianas", loteando-as depois, para que os antigos moradores possam adquirir, a preço módico, e a longo prazo, o respectivo terreno onde estão localizadas há mais de vinte anos as suas barracilhas. Tratando de outro assunto, o orador

declarou haver visitado domingo último vários bairros desta Capital, dentre eles o da Sacramento, onde verificou que o mercado daquela localidade não está sendo convenientemente abastecido de carne verde, e quando ali existe o produto, era vendido a preço fora da tabela. Apелou às autoridades competentes, no sentido de sanar essa irregularidade. Ainda com a palavra, estranhou que o Sr. Governador do Estado ainda não tivesse encontrado tempo para visitar as populações do Baixo Amazonas, a fim de tomar as providências necessárias, para melhorar a situação das populações ribeirinhas. Finalizando, apresentou um pedido de informações ao Poder Executivo, perguntando se é verdade que o castanhal de legítima propriedade da senhorinha Alcinda Carneiro Dias, ora residente no Rio de Janeiro, sem denominação, à margem direita do Rio Tocantins, a partir do igarapé Ponta Grossa até o lugar Ponta da Cruz, no Município de Tucuruí, já sob arrendamento, é considerado pela Secretaria de Obras, Terras e Viação, como sendo pertencente ao Estado. O Sr. Deputado Humberto Vasconcelos, também congratulou-se com a presença do jornalista Santana Marques, para depois apresentar um requerimento no sentido de ser telegrafado ao Sr. Presidente da República e Sr. Ministro do Trabalho, manifestando a confiança dos trabalhadores de que em breve tempo, será concluída a legislação suplementar e a regulamentação sobre o inciso quarto, do artigo cento e trinta e sete, da Carta Magna, que lhes garantirá a participação obrigatória e direta nos lucros das empresas. O Sr. Deputado Sílvio Braga, também apresentou um requerimento no sentido de ser transmitido ao Sr. Presidente da República, o vivo empenho desta Assembléia pela imediata construção do porto de Santarém. O Sr. Deputado Sílvio Meira foi o último orador da Hora do Expediente que, assomando à tribuna, apresentou dois requerimentos solicitando informações ao Poder Executivo. O primeiro, sobre a rodovia Vigia-João Coelho-Belem até a cidade de São Caetano de Odívelas, e o segundo, solicitando informações à Secretaria de Educação sobre os motivos que determinaram a transferência da professora Andreína de Carvalho Corrêa, do lugar Arraial do Carmo, Município de Inhangapi, para o lugar Itaquí, Município de Castanhal. Encaminhados os trabalhos para a primeira parte da Ordem do Dia, foi aprovada a redação final do projeto de lei que reconhece de utilidade pública a Sociedade Esportiva "São Domingos". Em seguida, foi anunciada a continuação da discussão do requerimento de autoria do Sr. Deputado Sílvio Braga, solicitando seja encaminhado ao Sr. Presidente da República e ao Congresso Nacional o justo apelo desta Assembléia em favor da pequena navegação fluvial da Amazônia, objetivando a urgente apresentação da lei especial que isenta das obrigações para com o Instituto dos Marítimos, os armadores de embarcações até vinte toneladas de carga. O Sr. Deputado Lobão da Silveira prosseguiu o seu discurso interrompido na reunião anterior, defendendo a matéria, para finalizar apresentando um requerimento aditivo. Contra o requerimento falaram os Srs. Deputados Carlos Menezes, Rui Barata, Imbiriba da Rocha e Cléo Bernardo. O Sr. Deputado Sílvio Braga, depois de declarar que qualquer fosse o destino do seu requerimento, bastava o interesse que o mesmo despertou, passou a defender a matéria, manifestando-se favorável ao aditivo do Sr. Deputado Lobão da Silveira. Submetida a matéria, houve um empate de quatorze a quatorze, tendo a presidência desempatado votando contra o requerimento. Em seguida, foram aprovados os seguintes requeri-

mentos: do Sr. Deputado Imbiriba da Rocha, solicitando que a Assembléia se pronuncie contrária ao aumento no preço das passagens de ônibus; do Sr. Deputado Reis Ferreira, solicitando que seja telegrafado aos Presidentes do Senado e da Câmara Federal, encarecendo bons officios, no sentido de ser apressado o andamento do projeto de lei que objetiva descompromissar o Banco de Crédito da Amazônia, da onerosa obrigação de estocagem da borracha no sul do país; do Sr. Deputado Sílvio Braga, solicitando auxílio em favor dos agricultores e criadores do Baixo Amazonas. Anunciada a discussão do requerimento da bancada do Partido Trabalhista Brasileiro solicitando a organização de uma comissão especial do Bem Estar Social, manifestaram-se contrário os Srs. Deputados Carlos Menezes e Rui Barata. Em virtude de haver sido esgotada a hora regimental, a discussão da matéria ficou adiada para a sessão seguinte. Na segunda parte da Ordem do Dia, foi anunciada a primeira discussão do projeto de lei que organiza o Tribunal de Contas do Estado e cria os cargos de Procurador e Auditores do mesmo. O Sr. Deputado Sílvio Meira usando da palavra, disse que iria levantar uma preliminar no sentido de ser sustado o andamento do projeto até a decisão final do Supremo Tribunal Federal, quanto ao pedido de intervenção federal para o Estado do Pará. Depois de votada a preliminar desejava que lhes fosse concedida novamente a palavra. O Sr. Deputado Clovis Ferro Costa defendeu o projeto, dizendo que o Sr. Deputado Sílvio Meira estava fazendo um requerimento contrário ao Regimento Interno. Ninguém lhe tirava a faculdade de levantar preliminares, mas apenas uma vez poderia fazer uso da palavra para discutir a matéria. Assim, deveria a presidência comunicar ao Sr. Deputado Sílvio Meira a impossibilidade do atendimento do pedido, e devolver-lhe a palavra por equidade. A presidência atendendo à sugestão do Sr. Deputado Ferro Costa, devolveu a palavra ao Sr. Deputado Sílvio Meira, mas o referido parlamentar nessa ocasião já havia se retirado do plenário. A essa altura, toda a bancada do Partido Social Democrático retirou-se de plenário, tendo o Sr. Deputado José Maria Chaves solicitado a palavra, passando a defender o projeto e combatendo a atitude dos senhores deputados pessedistas por terem abandonado o plenário. Em seguida, a presidência declarou encerrada a discussão da matéria, a qual deixou de ser votada por falta de "quorum". Após, a presidência transmitiu à Casa o convite de uma comissão da Delegacia do Trabalho, para os festejos do dia primeiro de maio, designando uma comissão composta dos Srs. Deputados Cléo Bernardo, Humberto Vasconcelos e Libero Lixardo, para representar esta Assembléia. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente Abel Martins encerrou a sessão às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, colocando em pauta para a reunião seguinte os processos números cento e um e oitenta e sete, sendo então lavrada a presente ata que vai assinada pelo Sr. Presidente e os Srs. Secretários Fernando Magalhães e Rosa Pereira.

Sala das sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em vinte e nove de abril do ano de mil novecentos e cinquenta e três. (aa) Abel Martins e Silva, presidente — Fernando Rebelo Magalhães e Rosa Pereira.

DIÁRIO DO MUNICÍPIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

GABINETE DO PREFEITO ATOS E DECISÕES

DECRETO 4.962

O Prefeito Municipal de Belém resolve:

nomear, nos termos do art. 15, item III, do Decreto-lei n. 4.151, de 28 de outubro de 1942, Almirando Brito, para exercer efetivamente, o cargo de classe D, inicial da carreira de "Servente", lotado no Mercado José Bonifácio.

O Secretário Geral o faça cumprir e publicar.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 29 de abril de 1953

Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO

Prefeito Municipal

Cumpra-se e publique-se. Secretaria da Prefeitura, 29 de abril de 1953.

Carlos Lucas de Sousa Secretário Geral

DECRETO 4.963

O Prefeito Municipal de Belém, usando de suas atribuições legais etc, e

Considerando o que requereu, em petição, n. 2.704-53, Ref. C-20, de 28-4-1953, o Sr. Dr. Hamilton de Farias Moreira,

DECRETA:

Artigo Único — Fica contado, para todos os efeitos legais, nos termos do art. 120, da Constituição Política Estadual, combinado com o item I, do art. 3.º da Lei n. 525-A, de 15-12-48, e art. III, da Lei n. 158, de 31-12-48, art. 119, da Constituição Política do Estado, e art. 188, item II, da Constituição Federal vigente, a favor do Dr. Hamilton de Farias Moreira, ocupante efetivo do cargo isolado de Assistente Técnico dos Serviços Fazendeiros, padrão Z, lotado no Gabinete do Prefeito, ora exercendo, em comissão, o cargo de Diretor Geral da Fazenda, o tempo de sete meses e dezessete (17) dias de serviços prestados ao Estado e a este Município em períodos que abrangem do ano de 1940 ao ano de 1949, mais o tempo de um (1) ano, cinco (5) meses e sete (7) dias de serviços prestados ao Exército Nacional, nos períodos de 1-3-43 a 15-5-43 e de 1-2-45 a 22-4-46, e também o tempo de dois (2) anos, dois (2) meses e dezessete (17) dias de serviços prestados a esta Municipalidade, no período de 12-2-51, data de sua nomeação, até a data de hoje, 29-4-53, perfazendo o total

de onze (11) anos, quatro meses e vinte e quatro (24) dias, ou sejam, quatro mil, cento e cinquenta e nove (4.150) dias de serviços públicos prestados pelo aludido Sr. até a data atual.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 29 de abril de 1953.

Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO

Prefeito Municipal

(\*) PORTARIA N. 239

O Prefeito Municipal de Belém, usando de suas atribuições, tendo em consideração a comunicação que lhe fez o Dr. Diretor Geral do Departamento da Fazenda, constante do ofício n. 63, de 17 do corrente, sobre graves acusações por falta de prestação de contas à Fazenda Municipal, do cobrador do Mercado de São Braz, Sr. Osvaldo Cruz, resolve designar os funcionários Srs. Parajára Cruz, Chefe da Seção da Diretoria da Receita do Departamento da Fazenda; Paulo Santana Pinheiro, Administrador do Mercado de Canudos e o Afonso Sebastião de Andrade, Administrador do Mercado da avenida José Bonifácio, para, em comissão, sob a presidência do primeiro, procederem inquérito administrativo com o fim de ser apurado o que de fato existir contra o indiciado funcionário e, após o término do inquérito, apresentarem ao seu Gabinete o relatório respectivo, tudo de acordo com o Decreto-Lei n. 4.151, de 28 de outubro de 1952. Cumpra-se e dê-se ciência.

Gabinete do Prefeito Municipal de Belém, 27 de abril de 1953.

Dr. LOPO ALVAREZ DE CASTRO

Prefeito Municipal

(\*) Reproduzido por ter saído c/ incorreção

PORTARIA N. 247

O Prefeito Municipal de Belém, Interino, usando de suas atribuições,

RESOLVE:

designar o Sr. Dr. Adriano Veloso de Castro Menezes, Chefe de Gabinete, para responder pelo expediente da Secretaria Geral, durante o impedimento do titular, percebendo nessa situação as vantagens do referido cargo.

CUMPRASE:

Gabinete do Prefeito Municipal Interino de Belém, 30 de abril de 1953.

Carlos Lucas de Sousa Secretário Geral

CÂMARA MUNICIPAL DE BELÉM

LEI N. 1.711, DE 17 DE JANEIRO DE 1953

Concede por aforamento um terreno a Gilberto de Moraes Mota.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu promulgo e publico a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder por aforamento a Gilberto de Moraes Mota o terreno situado na quadra: Senador Lemos (Estrada da Sacramento), Passagem Bambú, São Sebastião, Dr. Freitas de onde dista 47m,00, medindo de frente 8m,40 por 55m,00 de fundos, com a área de 462m2,00.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário. Câmara Municipal de Belém, 29 de abril de 1953.

(a) Raymundo Gonçalves Magno, presidente.

LEI N. 1.712, DE 30 DE SETEMBRO DE 1953

Concedo uma pensão men-

sal de Cr\$ 200,00 a Eduardo Alves Soares.

A Câmara Municipal de Belém estatui e eu promulgo e publico a seguinte Lei:

Art. 1.º Fica instituída a pensão anual de dois mil e quatrocentos cruzeiros (Cr\$ 2.400,00), em favor de D. Eduarda Alves Soares, viúva do ex-funcionário Municipal Brivaldo Pinto Soares, que, na data de seu falecimento contava mais de doze (12) anos de serviços, prestados ao Município, a serem pagas em prestações mensais de..... Cr\$ 200,00 (duzentos cruzeiros).

Art. 2.º Fica aberta no exercício financeiro do corrente ano, o Crédito Especial da Quantia de Seiscentos Cruzeiros (Cr\$ 600,00), referentes aos meses de outubro a dezembro do corrente ano, para ocorrer as despesas constantes do art. 1.º quando os recursos disponíveis do Município permitirem, revogadas as disposições em contrário.

Câmara Municipal de Belém, 29 de abril de 1953.

(a) Raymundo Gonçalves Magno, presidente.